

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ROSIMERY MEDEIROS DE MELLO

“Não é a pesca, são as pescadoras”: uma etnografia da pesca na Área de
Proteção de Guaraqueçaba – PR

MARINGÁ
2019

ROSIMERY MEDEIROS DE MELLO

“Não é a pesca, são as pescadoras”: uma etnografia da pesca na Área de
Proteção de Guaraqueçaba – PR

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.
Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas
Orientador: Prof. Dr. Fagner Carniel.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M527n	<p>Mello, Rosimery Medeiros de</p> <p>"Não é a pesca, são as pescadoras" : uma etnografia da pesca na Área de Proteção de Guaraqueçaba - PR / Rosimery Medeiros de Mello. -- Maringá, PR, 2019. 114 f.: color., figs.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Fagner Camiel. Coorientadora: Profa. Dra. Eliane Sebeika Rapchan. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2019.</p> <p>1. Área de proteção ambiental - Guaraqueçaba (PR). 2. Pesca - Mulheres - Guaraqueçaba (PR). 3. Pescadores - Aspectos sociais. I. Camiel, Fagner, orient. II. Rapchan, Eliane Sebeika, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. IV. Título.</p>
CDD 23.ed. 305.96393	

Sintique Raquel Eleutério - CRB 9/1641

ROSIMERY MEDEIROS DE MELLO

“Não é a pesca, são as pescadoras”: uma etnografia da pesca na área de
Proteção de Guaraqueçaba – PR.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Fagner Carniel
Universidade Estadual de Maringá – UEM (Presidente/coorientador)



Prof. Dr. Zuleika de Paula Bueno
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof. Dr. Meire Mathias
Universidade Estadual de Maringá – UEM (Coordenadora do PGC)

Aprovada em: 7 de agosto de 2019

Local de defesa: Bloco H-12, sala 014 *campus* da Universidade Estadual de Maringá

Não é a pesca, são as pescadoras”: uma etnografia da pesca na Área de Proteção de Guaraqueçaba – PR

RESUMO

Essa pesquisa consiste na realização de uma Etnografia na Área de Proteção Ambiental do município de Guaraqueçaba. Nosso principal objetivo é compreender a construção social das noções de natureza elaboradas pelos pescadores, pelas mulheres, pelos órgãos do Estado e pela população de Guaraqueçaba. Para isso, o trabalho de campo constituiu-se a partir do acompanhamento das práticas culturais e sociais dos pescadores, das mulheres, do ICMBio e da polícia florestal, o que demandou, inclusive, uma análise das políticas ambientais nesse contexto de proteção aos recursos naturais. A criação e implantação das Áreas de Proteção Ambiental no Brasil tem gerado e intensificado conflitos sociais com a população local, cujo acesso aos recursos naturais é fundamental para a manutenção do seu modo de vida e das suas práticas culturais. Nesse sentido, esse estudo precisou lidar com os diferentes significados de natureza que são acionados para gerar leis, implantar políticas ambientais e, ao mesmo tempo, produzir conflitos, adaptações, resistências e novos modos de vida. Apesar de a pesquisa ser conceitual e metodologicamente orientada pela antropologia sócio-cultural, é importante sinalizar que boa parte da pesquisa antropológica já produzida é marcada pela ausência das mulheres nos estudos sobre modos de vida de populações em Áreas de Proteção Ambiental. Por isso, esse trabalho implicou no desafio de identificar e analisar construções sociais de natureza a partir da chave de gênero, dado que a pesquisa etnográfica apontou a importância das mulheres como protagonistas de modos de resistência e de adaptação dessa população no contexto da aplicação da legislação ambiental. O trabalho de campo foi realizado na sede, nas ilhas e nas comunidades rurais do município de Guaraqueçaba. Os dados foram recolhidos durante um período de dois meses e meio, quando ocorreram duas permanências em campo distribuídas entre o fim do mês de novembro de 2017 e o mês de fevereiro de 2018. Uma das contribuições mais significativas desse trabalho corresponde à identificação da pesca como atividade estendida ao grupo familiar e não como atividade restrita ao pescador.

Palavras-chave: Guaraqueçaba; Área de Proteção Ambiental; pesca; mulheres; resistência.

“It's not fishing, it's the fishermen”: an ethnography of fishing in the
Guaraqueçaba Protection Area – PR

ABSTRACT

This research consists of the accomplishment of an Ethnography in the Environmental Protection Area of the municipality of Guaraqueçaba. Our main objective is to understand the social construction of the notions of nature elaborated by the external agents, by the organs of the State and by the traditional population *caiçara*. To this end, the field work is based on the monitoring of the cultural and social practices of fishermen, women, the ICMBio and the forest police, which also required an analysis of environmental policies in this context of protection of natural resources. The creation and implementation of Environmental Protection Areas in Brazil has generated and intensified social conflicts with the local population, whose access to natural resources is fundamental to the maintenance of their way of life and their cultural practices. In this sense, this study had to deal with the different meanings of nature that are triggered to generate laws, to implement environmental policies and, at the same time, to produce conflicts, adaptations, resistances and new ways of life. Although the research is conceptually and methodologically oriented by socio-cultural anthropology, it is important to point out that much of the anthropological research already produced is marked by the absence of women in the studies on the ways of life of populations in Environmental Protection Areas. Therefore, this work implied the challenge of identifying and analyzing social constructions of a gender nature, since the ethnographic research pointed out the importance of women as protagonists in ways of resistance and adaptation of this population in the context of the application of legislation environmental. Fieldwork was carried out at headquarters, in the islands and in the rural communities of the municipality of Guaraqueçaba. The data were collected during a period of two and a half months, when two field stays occurred between the end of November 2017 and February 2018. One of the most significant contributions of this work corresponds to the identification of fishing as activity extended to the family group and not as an activity restricted to the fisherman.

Key words: Guaraqueçaba; Environmental Protection area; fishing; women; resistance.

“Lá onde você mora tem mar? Não, não tem... A, mas então tem rio? Não, também não tem... Então tem lago? Não, também não tem... Então vocês são pobres”. (Conclusão do filho de um pescador que tinha sete anos, sobre a minha cidade).

Quando as mulheres falam, não aparece nunca, ou quase nunca, aquilo que estamos acostumados a ler e escutar: como umas pessoas heroicamente mataram outras e venceram. Ou perderam. Qual foi a técnica e quais eram os generais. Os relatos femininos são outros e falam de outras coisas. A guerra “feminina” tem suas próprias cores, cheiros, sua iluminação e seu espaço sentimental. Suas próprias palavras. Nela, não há heróis nem façanhas incríveis, há apenas pessoas ocupadas com uma tarefa desumanamente humana. E ali sofrem apenas elas (as pessoas!), mas também a terra, os pássaros, as árvores. Todos os que vivem conosco na terra. Sofrem sem palavras, o que é ainda mais terrível. Mas por quê? – perguntei-me mais de uma vez. – Porque, depois de defender e ocupar seu lugar em um mundo antes absolutamente masculino, as mulheres não defenderam sua

história? Suas palavras e seus sentimentos? Não deram crédito a si mesmas. Um mundo inteiro foi escondido de nós. A guerra delas permaneceu desconhecida... Quero escrever a história dessa guerra. A história das mulheres.

Aleksiévitch, A Guerra Não Tem Rosto de Mulher, 2013, p. 7

Agradecimentos

Durante todos os anos de graduação e mestrado, naquelas incansáveis leituras de dissertação e tese, uma das primeiras coisas que sempre fiz, foi ler os agradecimentos. Uma parte do trabalho, que de certa maneira sempre me aproximava do autor do texto. Algumas eram sérias, bem formais, outras cheias de emoções e histórias. Lembro-me que algumas me deixaram emocionada. Pois bem, depois de tantas leituras – no passado – Devo escrever os agradecimentos de minha própria dissertação. Aquele momento em que todos os modelos escapam da memória, e os receios de esquecer alguém que me ajudou nessa jornada aparecem. Bom, mas vamos lá.

Acima de todas as coisas, agradeço profundamente a Jeová Deus, pela força e determinação que me deste para que eu conseguisse concluir o mestrado. Durante os mais de 2 anos do mestrado, encontrei muitas intempéries no caminho, mas mesmo assim, o senhor me deste força, energia, muito amor e colocaste pessoas que aliviaram essa trajetória, para que eu conseguisse concluir esse trabalho e ser honesta e ética com a população pescadora do município de Guaraqueçaba que compartilhou comigo suas histórias. Por isso sou muito grata por tudo, agradecerei eternamente tudo o que senhor

me ensinou e me deu. Tudo será guardado em meu coração para todo o sempre. Um amor sem igual!

Durante os anos que residi em Maringá – Pr, sempre pude contar com a ajuda de Dona Francisca Dalmaso, minha mãe, batalhadora e guerreira que tanto me apoiou no período de graduação e me incentivou muitas vezes durante o mestrado. Apesar das nossas diferenças conseguimos encontrar um lugar de reconciliação e de amor para compartilharmos os momentos de dificuldades, vitórias e conquistas. A senhora, o meu muito obrigada, eternamente, obrigada, obrigada e obrigada. Aqui chegamos ao final da jornada de estudos em Maringá, e em todos esses longos oito anos a senhora esteve do meu lado me apoiando. Tenho convicção que sem esse apoio o caminho teria sido muito mais difícil. Por isso só tenho a agradecer e lembrar de tudo que vivemos até chegar aqui.

As pessoas costumam dizer que quando passamos por dificuldades realmente conhecemos quem está disposto a nos ajudar. Bom, as minhas dificuldades começaram

um pouco antes da qualificação do mestrado, com uma doença grave que levou minha mãe a UTI por 27 dias e depois um bom tempo de recuperação pela frente. Bom, nesse período, contei com a ajuda de professores da Pós Graduação em Ciências Sociais. Professoras com muita boa vontade em me ajudar. Dessas pessoas agradeço com atenção a professora Meire Mathias e aos demais professores, que concederam a prorrogação da defesa e se prontificaram a me ajudar.

A professora Eide Abreu, pelas belíssimas aulas no mestrado. Contigo aprendi que os textos precisam ser lidos e refletidos com muita profundidade. Sua dedicação é inspiradora. E contribuíram no meu modo de leitura e de escrita do texto. Ao professor Rafael, minha gratidão pelas aulas de metodologia de pesquisa em parceria com a professora Zuleika.

Meu profundo agradecimento a população de Guaraqueçaba por me receber entre vocês. Aos pescadores, as famílias, as mulheres e as crianças que tive o grande prazer de conhecer. Sem vocês essa pesquisa não seria possível. Com vocês eu aprendi muitas coisas, que estão além da ciência. Aprendi sobre a vida, sobre o tempo, sobre explicações que não encontramos nos livros da ciência. Espero que meu texto represente

o que vocês compartilharam comigo. Agradeço os almoços, os jantares, os convites para jogos, os churrascos, os inúmeros momentos que passamos juntos. Sou muito grata por tê-los conhecido. Sei que a amizade que estabeleci com muitos, permanecerão para a vida. Queria citar o nome de cada um de vocês, mas a burocracia da ciência não me permite. Mas agradeço a todos que compartilharam histórias comigo, ensinamentos sobre a história de Guaraqueçaba, sobre as técnicas da pesca, sobre as dificuldades e sobre os modos de vida de vocês. Aos que confiaram na minha pesquisa e abriram suas portas para eu adentrar suas casas.

Agradeço especialmente ao Mattio e Branca e aos seus familiares, por terem me acolhido na minha estadia em Guaraqueçaba. Agradeço a dona Marta e ao seu Paulo, por terem me recebido em sua casa, fazendo com que eu me sentisse em minha própria casa e nunca me cobraram nada. Sou muito grata a vocês, sem isso teria sido impossível a permanência em Guaraqueçaba.

Agradeço ao amigo Marcelo, companheiro do mestrado, pelas longas conversas e trocas que tivemos ao longo dos intervalos das aulas e nos longos almoços que passamos juntos. Nossas conversas foram animadoras e de fortalecimento nos momentos pouco animadores.

Quero agradecer com imenso carinho e amor a Carol, companheira de longas horas de vida e de debate sobre a minha escrita. São nessas horas que vemos se as pessoas agüentam ouvir falar sobre a mesma coisa tantos dias. Bom tu conseguiste! De coração o meu, muito obrigada!

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais pelo recurso concedido para minha primeira incursão a campo. Foi de grande utilidade e me ajudou

de maneira significativa para que eu pudesse retornar novamente ao campo. Obrigada ao Junior, secretário da Pós, por sempre me auxiliar nas dúvidas burocráticas relacionadas ao mestrado.

Finalmente, agradeço a CAPES pela bolsa que recebi durante 14 meses. A bolsa foi fundamental para que eu pudesse me dedicar por alguns meses integralmente a minha pesquisa, tendo tempo e maior qualidade no desenvolvimento desse trabalho. Com isso, pude ter o privilégio de permanecer no campo de pesquisa durante quase três meses.

Lista de figuras

Figura 1 – Saída do porto de Paranaguá	28
Figura 2 – Município de Guaraqueçaba vista do mirante	30
Figura 3 – Vista de Guaraqueçaba e morro do Quitumbê ao fundo	31
Figura 4 – Unidade básica de saúde	32
Figura 5 – Superagui	35
Figura 6 – Casa na ilha com energia solar	36
Figura 7 – Tabela de preço da passagem para Guaraqueçaba	40
Figura 8 – Por do sol em Guaraqueçaba	40
Figura 9 – Trapiche de Guaraqueçaba	41
Figura 10 – Limpeza de peixe com enxada	46
Figura 11 – Tamanho dos camarões	47
Figura 12 – Criação de búfalos em Guaraqueçaba	48
Figura 13 – Pescador limpando peixe	49
Figura 14 – Peixe Sagua	50
Figura 15 – Peixe logo após a pesca	50
Figura 16 – No mangue com Mattio	52
Figura 17 – Pescador que me ensinou sobre a história e as técnicas da pesca	54
Figura 18 – Limpeza das sardinhas	55

Figura 19 – Estrada não asfaltada: Limite de município Antonina – Guaraqueçaba	69
Figura 20 – Mapa de Guaraqueçaba	72
Figura 21 – Ilha de Tibicanga: barco dos pescadores	89
Figura 22 – Vila de pescadores de Tibicanga	90
Figura 23 – Criação de Ostras de Tibicanga	90
Figura 24 – Embarcação dos pescadores em Tibicanga	91
Figura 25 – Ruas na Ilha de Tibicanga	91
Figura 26 – Agência dos Correios em Tibicanga	92
Figura 27 – Barcos dos pescadores da Barra do Superagui	96
Figura 28 – Grupo de mulheres limpando camarão	98
Figura 29 – Mulher sozinha limpando camarão	98

Sumário

Apresentação	17
CAPÍTULO 1: Repensar o social e o natural: a construção do campo	22
CAPÍTULO 2: Sobre a natureza e a cultura da pesca	33
CAPÍTULO 3: A casa, a pesca e as mulheres	64
CAPÍTULO 4: A pesca nas ilhas	86
: Ilha de Tibicanga	88
: Barra do Superagui	95
Considerações finais	107
Referências Bibliográficas	110

Apresentação

Essa pesquisa resulta de um trabalho de campo de cunho etnográfico na Área de Proteção Ambiental do município de Guaraqueçaba - PR. O principal objetivo é compreender a construção social das noções de natureza elaboradas pelos agentes e órgãos do Estado e pela população tradicional caiçara. Para isso, acompanhei ao longo dos últimos anos, entre 2017 e 2019, a produção acadêmica e as práticas culturais e sociais dos pescadores, das mulheres envolvidas com a pesca, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ambiental do governo brasileiro criado no ano de 2007, e da polícia florestal, o que inclui, também, uma análise das políticas ambientais nesse contexto de proteção aos recursos naturais.

Na minha primeira incursão a campo estabeleci, nos primeiros dias, o objetivo inicial de acompanhar os pescadores em suas atividades diárias e cotidianas para compreender como operam os modos de vida da população tradicional de Guaraqueçaba após a implantação da Área de Proteção Ambiental em 1985. Meu olhar etnográfico estava voltado para essas relações. Acompanhei as rotinas de pesca incluindo as práticas culturais desse grupo: almoços, jantares, festas e rituais. Retornei do campo com um material que contemplava entrevistas de pescadores, vereadores, membros da colônia dos pescadores e do ICMBio. Naquela primeira incursão, todas as pessoas que contatei, e com as quais conversei, que observei e acompanhei, eram homens. Consegui estabelecer poucas conversas com mulheres de pescadores e suas famílias. Meu caderno de campo estava cheio de anotações e observações construídas a partir de uma perspectiva de mundo expressa pelos homens habitantes de Guaraqueçaba. Minhas análises caminhavam para o aprofundamento da pesquisa sobre como os sujeitos

(homens), a partir da natureza, constroem as relações com as pessoas, os animais, a natureza, como estabelecem negociações e como reproduzem seus modos de vida.

Até aquele momento, tudo parecia certo. A revisão do material bibliográfico nas Áreas de Proteção Ambiental corroborava meus dados iniciais de campo e apontava para a compreensão dos modos de vida da população tradicional e as transformações ocorridas. Entretanto, percebi, aos poucos, que precisava incluir as famílias dos pescadores nas minhas análises para que meu trabalho não ficasse incompleto. E assim o fiz. No dia 21 de dezembro de 2017, retornei à Guaraqueçaba com o intuito de passar mais dois meses no campo. O objetivo era ter a oportunidade de acompanhar pessoalmente os períodos de proibições da pesca, as datas festivas e a rotina das famílias dos pescadores. E, a partir daquele momento, as configurações da pesquisa começam a ser redesenhadas por outros caminhos. Acompanhar as famílias, e não exclusivamente os pescadores, me fez estabelecer contato com as mulheres dos pescadores e, a partir delas, encontrei perspectivas de mundo e práticas distintas das dos homens.

As relações que as pessoas estabelecem com o ambiente em que vivem, consistem em variáveis-chaves na compreensão dos modos de vida de seus grupos sociais (Oliveira, 2012). Ao mesmo tempo, para compreender as construções sociais da noção de natureza, em muitos contextos, tornou-se fundamental a inclusão de novos sujeitos, frequentemente excluídos da bibliografia sobre populações tradicionais litorâneas, dado que a literatura consagrou o pescador, homem, como sujeito e como ícone desse modo de vida. Portanto, uma das principais “descobertas” dessa pesquisa é que as mulheres não podem ser excluídas das análises sobre a pesca, pois são construtoras de significados e produtoras de atuações que envolvem questões sociais e naturais e que convergem para a completude do mundo onde vivem esses sujeitos.

Assim, ao redesenhar meu itinerário de pesquisa, já durante minha segunda permanência em campo, passei a visitar as casas das famílias dos pescadores, conheci suas pequenas roças, fiz muitas caminhadas e visitas de uma casa a outra, conversando com as mulheres sobre as técnicas de pesca, as formas de manejo, limpeza e sobre as mudanças ocorridas nas práticas tradicionais com a chegada da fiscalização ambiental. Fui ao mangue, acompanhei a fabricação de redes, as pescas diurnas e noturnas e nos dias chuvosos. Tive muitas conversas à beira mar, nas varandas das casas e nas cozinhas. E, a partir desse material coletado, procurei organizar os dados e produzir um mapeamento da pesca e um calendário das proibições.

Guaraqueçaba é um município quisto para as pesquisas científicas pela riqueza natural e social, então, muitos pescadores e famílias estão tão familiarizados com a presença de pessoas estranhas e já foram entrevistados por pesquisadores e repórteres tantas vezes, que acabaram por produzir quase que um discurso pronto para as perguntas que lhes são feitas. Ao perceber isso, nesse retorno para o campo, minha estratégia foi entrevistar pessoas que não fazem parte desse grupo frequentemente elencado para as entrevistas, e sim, encontrar pessoas que poderiam ser mais espontâneas nos seus discursos e na descrição de suas práticas cotidianas.

Como desenvolvi essa estratégia metodológica? Após retornar da minha primeira incursão a campo, e analisar as minhas entrevistas e anotações, observei que esses sujeitos faziam parte de uma mesma rede de relações: amigos, parentes, compadres e todos já haviam participado de outras pesquisas e algum contexto de entrevistas. Além disso, percebi que as afirmações de uma pessoa eram quase que idênticas às de outras pessoas já entrevistadas. Comecei a me perguntar se isso era coincidência, um signo compartilhado coletivamente com as mesmas palavras ou se esse efeito era resultado de outras motivações? Assim, a fim de escapar das respostas padronizadas e de verificar o

que gerava a homogeneização dos discursos, a fim de escapar das respostas padronizadas e de verificar o que gerava a homogeneização dos discursos, inclui no meu foco de análise sujeitos, até então, não contemplados pelas pesquisas antropológicas realizadas na região: as mulheres caiçaras de Guaraqueçaba.

Procuro descrever esse itinerário investigativo ao longo desta dissertação, revelando quem foram os meus interlocutores e interlocutoras, quais foram as relações que me possibilitaram transformar minhas hipóteses iniciais acerca da pesca e de como aprendi a conferir protagonismo central às mulheres envolvidas com a atividade pesqueira na estruturação das relações sociais e naturais em Guaraqueçaba. No capítulo 1, intitulado “Repensar o social e o natural: a construção do campo”, narro meu trajeto até Guaraqueçaba e discuto as mudanças de perspectiva me possibilitaram reorganizar a pesquisa e o trabalho de campo.

No capítulo 2, intitulado “Sobre a natureza e a cultura da pesca”, dou continuidade à narrativa etnográfica abordando minha chegada e meus primeiros contatos em Guaraqueçaba. Nele, problematizo o modo pelo qual a criação e A implantação das Áreas de Proteção Ambiental no Brasil têm gerado e intensificado conflitos sociais com a população local, por modificar e restringir as formas de acesso aos recursos naturais para a manutenção do seu modo de vida e das suas práticas culturais. Nesse sentido, analiso como os diferentes significados de natureza se configuram e se sobrepõem para gerar leis, políticas ambientais, conflitos, adaptações, resistências e novos modos de vida.

No capítulo 3, intitulado “A casa, a pesca e as mulheres”, apresento os principais interlocutores e interlocutoras desta pesquisa com quem interagi em favor de produzir uma abordagem antropológica atenta e sensível às construções sociais de natureza a partir da chave de gênero. Assim, abordo experiências e percepções de mulheres que se

percebem como protagonistas de modos de resistência e adaptação da população diante do contexto da aplicação da legislação ambiental.

O capítulo 4, “A pesca nas Ilhas”, trata da pesca na Barra do Superagui e na Ilha de Tibicanga, descreve a pesca e as relações de trabalho a partir da rotina diária dos moradores das ilhas. Das cinco ilhas visitadas, escolhi essas duas ilhas por demonstrarem características que definem a realidade da pesca nas ilhas e as dimensões de sobrevivência a partir da pesca. A escolha de Superagui justifica-se por ela ser a maior ilha de Guaraqueçaba e pela pesca ocorrer em alto mar, tendo grupos de mulheres que trabalham com a limpeza do camarão. E a definição da Ilha de Tibicanga se justifica pela característica da população e do trabalho de pesca serem representativos das demais ilhas com esse porte. Assim, demonstro as dificuldades da pesca nesses lugares e as estratégias de sobrevivência dos moradores.

Por fim, encerro esta dissertação argumentando que as relações entre pessoas, animais e natureza em Guaraqueçaba e, particularmente a pesca, fenômeno central e icônico dessa população, não podem ser descritas nem tratadas como um fenômeno restrito às atividades correlatas ao preparo do barco, à embarcação, ao uso das ferramentas, à navegação, à pesca e ao retorno para casa. Defendo, ao contrário, que a pesca é um fenômeno estendido tanto em termos de espacialidade quanto em termos de socialidade.

CAPÍTULO 1: Repensar o social e o natural: a construção do campo

Era o começo do ano de 2017 e havia recém iniciado meu o primeiro ano letivo do mestrado. Naquele momento estava interessada em conhecer e acompanhar pesquisas que tratassem das relações entre natureza e sociedade. A partir de um campo definido: estudar as relações entre humanos e outros animais através da chave das zoonoses. Meu objetivo principal estava relacionado com a análise das ações e práticas dos humanos voltados para com os animais domésticos em contexto urbano, buscando compreender como se constroem as redes de cuidado, proteção e atendimentos aos animais domésticos acometidos por doenças comuns aos humanos, como as doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), e identificar a amplitude desse fenômeno que combina o risco à saúde humana e o controle de zoonoses (Mello, 2016).

Acreditávamos que havia fatores presentes nesses rearranjos que modificam a composição do social e que são fundamentais para o entendimento dos novos modelos de interação na sociedade atual. Ao mesmo tempo, minha orientadora, Eliane Sebeika Rapchan, há alguns anos estava explorando os sentidos da caça, numa perspectiva relacional, para analisar situações de pesquisa em primatologia (Rapchan, Neves, 2017) – o que me deixou sensível para o tema.

Assim, inspirada e instigada por esses debates teóricos, que acompanhei em minha pesquisa de iniciação científica (Mello, 2016) e durante minha preparação para os exames de seleção para o mestrado, fui impactada pela leitura de uma reportagem¹

¹ A reportagem na íntegra pode ser acessada em: <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2017/02/policiais-e-cacadores-trocam-tiros-no-parque-nacional-do-iguacu-no-parana.html>.

sobre os conflitos socioambientais em um parque de proteção ambiental de modo singular. Tratava-se do parque nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná, que estava então enfrentando situações de caça ilegal. Apesar de a reportagem focar a ilegalidade das práticas, havia, nas entrelinhas, alguns indícios de que, ali, existiam, conflitos entre concepções diversas de natureza. Naquele momento decido mudar os rumos da pesquisa e estudar os conflitos socioambientais em Áreas de Proteção Ambiental.

As Unidades de Conservação foram criadas no Brasil em meados da década de 1980 e tiveram como principal interesse a proteção dos recursos naturais. Essas unidades de conservação foram inspiradas em modelos de parques da Europa e dos Estados Unidos (Dumora, 2006; Diegues, 2000), onde foram, em geral, implantadas em localidades sem população local. No caso do Brasil, as Unidades de Conservação, na maioria dos casos, são definidas em áreas já habitadas historicamente por populações tradicionais (Parque Nacional de Superagui 1989; Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 1996; Parque Estadual do Jalapão 2001). Assim, no Brasil, a implantação de unidades de conservação com vistas à proteção de recursos naturais força as populações nativas a modificar seu modo de vida tradicional em nome da proteção da natureza, o que ocorre, geralmente, a partir de premissas impostas por meio de leis que desconhecem as formas socioculturais locais de manejo do ambiente e, portanto, acabam gerando conflitos socioambientais (Peluso, 1994; Newman, 1998; Diegues 2000; Barreto, 2001; Ioris, 2014).

No entanto, tentar compreender esses conflitos socioambientais implicava em definir um novo campo e uma nova pesquisa. Depois de algumas tentativas e buscas para a redefinição do projeto, e com a ajuda dos meus orientadores no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, Eliane Sebeika Rapchan e Fagner Carniel, decidi estudar a Área de Proteção Ambiental de

Guaraqueçaba – PR. Esse município do Paraná, não era totalmente estranho e desconhecido para mim. No ano de 2015, conheci a região como turista, quando permaneci 12 dias na sede do município.

Agora retorno à Guaraqueçaba na condição de pesquisadora e não mais como turista. Como as pesquisas na antropologia contemporânea não definem rigidamente suas categorias a priori, mas deixam que *os outros* falem por si e procuramos “levar a sério” aquilo que nos revelam (Ingold, 2019), não definimos um projeto com objeto e categorias rígidas para serem analisados em campo. Assumimos que definir um “objeto de estudo” não é exclusivamente uma questão metodológica mas é, também, um problema epistemológico. Cientes que a rigidez dessas definições pode impor a autoridade do pesquisador e da etnografia sobre o grupo estudado (Clifford, 2008), decidimos assumir que reduzir esses *outros* do campo à condição de objeto diminui nosso potencial de compreensão das relações vividas por aquela população.

Na tentativa de superar isso, adotamos uma postura antropológica atrelada às concepções de Mikhail Bakhtin (1988), na qual, o mundo contextual é formado por heteroglossia, ou seja, por uma diversidade de vida e linguagem. Assim, a voz de cada “outro” pode significar, mas isso ocorre somente em relação com “outros”, na medida em que um diálogo é estabelecido. Assim, o campo foi construído em campo e a partir do campo. Juntamente com “*eles*”, no campo, eu construí minha pesquisa. Esses atores e eu (enquanto um ator também) construímos juntos os caminhos possíveis dessa pesquisa. Na mesma direção, sob inspiração da concepção de Dennis Tedlock (1986), assumi que por trás de uma etnografia existem muitos e muitos diálogos que falam a partir de variados pontos de vista. Essa multiplicidade de discursos, linguagens, significados, diálogos e interpretações que encontramos no campo construíram os rumos da pesquisa antropológica.

A partir dos resultados de um amplo levantamento bibliográfico sobre os conflitos nas Áreas de Proteção Ambiental e o modo de vida das populações litorâneas (Dumora, 2006; Diegues, 2001; Ioris, 2014; Vianna, 2008; Rocha, 2015; Macedo, 2008; Murrieta, 2001) Foi possível constatar uma convergência de conclusões: a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba ocasionou inúmeras proibições e restrições de acesso aos recursos naturais.

De acordo com Newmann (1998), o modelo que inspirou a criação de áreas de proteção da natureza surgiu em meados do século XIX. Inicialmente, esse modelo foi criado prevendo a inexistência de moradores permanentes. Assim, caso existissem pessoas ali, elas deveriam ser retiradas dessas áreas. No caso do Brasil, ocorrem conflitos socioambientais nas Áreas de Proteção Ambiental devido à recusa da população em abandonar seus modos de vida tradicionais. As Unidades de Conservação, Áreas de Proteção Ambiental e Parques Nacionais, desde a sua criação foram os lugares (Escobar, 2005), transformados em espaços e territórios globais, onde a natureza começou a ser comercializada para consumo de massa, “por uma sociedade cada vez mais móvel e urbana que paga para visitar reservas ambientais”, (Rocha, 2015, p. 28). Assim, os parques nacionais e as reservas se tornaram um cenário por excelência de consumo para a sociedade moderna. Em nome dessa excelência, as populações tradicionais que habitam esses lugares (Escobar, 2005), são obrigadas a mudarem seu modo de vida para permanecerem nesses locais.

Nesse contexto marcado por demandas distintas, Diegues (2000) defende a permanência dessas populações tradicionais nas reservas de proteção ambiental. As populações tradicionais são grupos sociais que têm um modo de vida diferente das populações urbano – industriais, e que ao longo da sua existência mantiveram com os recursos naturais uma relação de dependência e simbiose, pautada no respeito aos ciclos

naturais. Porém, essas criações de Áreas de Proteção Ambiental possuem objetivos distantes da população local, tendo como principal foco questões ligadas às motivações políticas e econômicas pautadas por necessidades determinadas por outros segmentos sociais, que não as famílias de pescadores (Rocha, 2015).

Para Barreto (2001), a criação de reservas ambientais, “só pode ser plenamente compreendida no contexto do tempo e do lugar em que se dá, na medida em que implica a alocação diferencial de certos recursos naturais e simbólicos” (Barreto, 2001, p.67), constituindo-se assim em uma questão política, social e econômica. O envolvimento dessas questões nos contextos sociais e naturais resulta em disputas e embates entre interesses diferentes. Como bem destaca Peluso (1994), gera pobreza, deterioração ambiental e relações de poder ambivalentes.

Com esse conhecimento prévio das Áreas de proteção Ambiental, antes de ir para campo, meus orientadores me entregaram livros para ler durante a pesquisa etnográfica. Entre eles estava um livro de Ellen Fensterseifer Woortmann. Na capa do livro, dois homens e um cavalo puxando o arado, no título: *Herdeiros, Parentes e Compadres*. Inicialmente, não compreendi a indicação, pois não via a ligação entre a teoria de Woortmann e as questões relacionadas à Área de Proteção Ambiental. Pouco tempo depois fui compreender as contribuições de Ellen F. Woortmann bem como as de Klaas Woortmann. As leituras dos seus textos me ofereceram *insights* durante o campo para a compreensão da organização e do modo de vida daquela população.

Devo a Ellen F. Woortmann (1995), as principais contribuições que configuraram a construção de um olhar etnográfico para observar o universo das famílias, as relações de parentesco e o papel das mulheres nessa população. Com sua brilhante análise dos Colonos do Sul e os Sitiantes do Nordeste a partir de uma comparação entre as práticas desses grupos, pude aplicar a metodologia comparativa

para analisar as populações das ilhas, da sede e das comunidades rurais, encontrando semelhanças entre esses grupos, principalmente nas práticas culturais das mulheres caiçaras. A unidade familiar, para Woortmann (1995), constitui uma chave para o entendimento da reprodução camponesa, de geração a geração, através das relações de parentesco. Sigo essa chave de análise em Guaraqueçaba, destacando o papel das mulheres para a reprodução dos modos de vida tradicional e das formas de resistência.

No dia 13 de novembro de 2017, saí de Maringá à noite para chegar à Paranaguá de manhã, rumo ao meu destino final: Guaraqueçaba. Nessa primeira imersão no campo, permaneci 15 dias na sede do município. Ao chegar à Paranaguá, com conhecimento prévio, sabia que havia dois barcos que fazem o trajeto até Guaraqueçaba, um às 9 horas da manhã e outro logo após o almoço. Desembarquei do ônibus às 8 horas e 50 minutos, com minha mala de roupa e livros, corri para chegar ao trapiche e conseguir embarcar no primeiro barco da manhã. Existem dois trapiches onde as pessoas embarcam rumo às ilhas do Paraná (Ilha do Mel, Ilha das Peças e Superagui) e Guaraqueçaba. Foi no primeiro trapiche que encontrei o Barco Friends, com o motor já ligado. Embarquei às pressas com auxílio de alguns nativos que me ajudaram com as minhas malas.

No barco, percebi que era uma das únicas “*estrangeiras*” naquele dia, os demais passageiros eram nativos de Guaraqueçaba ou Paranaguá. Fora do período de temporada a região não é muito visada pelos turistas. Muitos dos passageiros conversavam, se cumprimentavam, perguntavam de amigos e contavam histórias sobre a vida. No geral, percebi que todas aquelas pessoas de alguma maneira se conheciam. Como entrei correndo no barco e as pessoas já estavam todas acomodadas em seus lugares, não demorou muito para perceberem que havia uma “*estranha*” entre eles. Estava ansiosa para chegar a Guaraqueçaba e descobrir os rumos da minha pesquisa. Contudo, no

longo percurso da viagem, que demora em torno de 2 horas e 45 minutos a 3 horas, conversei com alguns moradores sobre a minha ida a Guaraqueçaba e logo fui surpreendida pelo sentimento de que já estava começando a minha pesquisa.

A saída dos barcos das águas de Paranaguá é lenta. Os barcos precisam andar em baixa velocidade e passar pelos caminhos sinalizados para a circulação das bateadeiras, voadeiras e lanchas. O percurso leva ao porto de Paranaguá, uma grande estrutura, cheia de containers e navios logo à direita esperando para descarregar. Os moradores estão acostumados com o porto sem, talvez, cogitar sobre as dimensões do que aquele porto significa para a região do Paraná e para o Brasil. Em meio a uma paisagem onde predomina o mangue, vemos também árvores e as pequenas ilhas. Ao fundo, a visão da estrutura grandiosa e humanizada do porto. Pergunto-me como aquilo foi construído em uma região com aquela ecologia.

Figura 1 – Saída do Porto de Paranaguá



Fonte: Mello, 2017.

Lentamente seguimos no sentido de Guaraqueçaba, nos distanciamos do Porto de Paranaguá e nos aproximamos do nosso destino final. No caminho pudemos ver o mangue, várias ilhas, navios, batedeiras, voadeiras, alguns pássaros mergulhando em busca de peixe, ilhotas, os botos que apareciam quase ao lado do barco e alguns pescadores jogando suas redes no mar. As amplas dimensões de atores que compõem aquele território me demonstravam porque aquela região é tão quista pelas políticas ambientais e pelos ambientalistas.

Nesse primeiro percurso de viagem conheci um morador de Paranaguá que cresceu na Barra do Superagui e tem relações políticas com o município de Guaraqueçaba, é vereador. Aquela conversa permitiu que ali começasse a desenhar mentalmente um esboço da dinâmica das relações a partir dos primeiros relatos dos conflitos vivenciados por aquela população em nome da preservação dos recursos naturais.

As comunidades das ilhas e da sede do município até poucas décadas viviam quase que, exclusivamente, da roça, da pesca, da caça e da retirada de recursos da mata. Com a criação, pelo governo brasileiro, das Unidades de Conservação de Uso Sustentável e da modalidade de Área de Proteção Ambiental, e sua implantação na região, a população passa a ter um acesso restrito aos recursos naturais. É de responsabilidade do ICMBio a elaboração dos planos de manejo que definem as regras e as normas do acesso da população aos recursos naturais. Esse órgão, representante do Estado, juntamente com a polícia florestal, faz a fiscalização das restrições e proibições nas ilhas, nas comunidades e na sede do município.

O município de Guaraqueçaba possui uma extensão territorial de 2.020,093 km², com densidade demográfica de 3,90 hab./km² (Rocha, 2015), composto por

comunidades rurais, indígenas, quilombolas, os moradores das ilhas e da sede. Tendo em vista essa dimensão, gigantesca do campo, e considerando que essa etnografia não se pretende restringir aos limites, geralmente impostos e oficiais, ou mesmo identitários, de cada comunidade caiçara, ilhéu ou morador da sede, mas ao contrário, pretende tratar das relações estabelecidas entre os mundos sociais e naturais, como uma complexidade total, adotei as estratégias de Malinowski quando fazia seu trabalho de campo nas Ilhas Trobriand.

Figura 2 – Município de Guaraqueçaba visto do Mirante



Fonte: Mello, 2017.

Malinowski (1984) tomou como referência para a sua pesquisa etnográfica as Ilhas Trobriand, mas percorreu uma enorme extensão geográfica para compreender o Kula, através da observação participante. Malinowski não tratou das relações entre humanos e natureza na perspectiva adotada nesse trabalho, mas encontrou uma boa solução para circular por várias extensões territoriais e através de várias culturas sem perder de vista o referencial da população que estudou, os trobriandeses.

Aquela conversa informal, no barco, que tive com o morador de Paranaguá, quando percorria meu primeiro trajeto em direção ao campo, me fez perceber que para compreender os conflitos socioambientais e as relações entre sociedade e natureza em Guaraqueçaba, necessariamente, deveria ser através das conexões entre sede, comunidades rurais e as ilhas. E o nó que pareci interligar todos esses espaços era a praça central, que reunia o porto, o museu, os principais bares e restaurantes destinados aos turistas que frequentam a região, o único banco e o único posto de combustível, bem como a única rua que conectava o bairro do Costão, reconhecido como um bairro predominantemente habitado por famílias de pescadores, as outras localidades do município.

Figura 3 – Vista de Guaraqueçaba e Morro do Quitumbê ao fundo



Fonte: Mello, 2017

Assim, o ponto de referência inicial da minha pesquisa seria a sede do município de Guaraqueçaba. A sede também abriga várias outras instituições sociais, tais como a escola, a prefeitura, as igrejas, o hospital, o posto de saúde, a colônia dos pescadores, o posto da polícia florestal e o escritório onde fica a sede do ICMBio. No decorrer da pesquisa essas delimitações que serviram para definir meu ponto de partida foram modificadas. Meu ponto de referência continuou sendo a sede do município, mas incluí também as populações das ilhas e das comunidades que usam os serviços do município disponíveis na sede. Essa mudança de perspectiva permitiu certa compreensão dos modos de vida da população de Guaraqueçaba de uma maneira ampla.

Figura 4 – Unidade Básica de Saúde



Fonte: Mello, 2018.

CAPÍTULO 2: Sobre a natureza e a cultura da pesca

Em Guaraqueçaba, a população tradicional no decorrer das décadas estabeleceu uma relação de dependência com os recursos naturais. De acordo com Santilli (2005), as leis ambientais brasileiras criadas antes dos anos de 1990 estavam voltadas para a proteção do meio ambiente e suas espécies, orientadas por um viés conservacionista. As regras que tratavam das Unidades de Conservação não correspondiam à atual revisão realizada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Essa revisão permitiu que as leis fossem editadas a partir dos anos 2000, rompendo com a orientação preservacionista, estabelecendo instrumentos de gestão dos bens socioambientais, pautadas em uma visão com dimensões sociais e ambientais. Porém, o que encontramos, ainda no ano de 2017, em Guaraqueçaba são políticas ambientais que desconsideram as práticas socioculturais, privilegiando os aspectos ambientais por um viés de mão única.

Ellen e Klaas Woortmann (1981, 1990, 2014), desde os anos de 1980, estudam grupos sociais em contexto rural. Uma de suas abordagens para compreender os grupos camponeses foi à percepção de que esses coletivos humanos viviam em situação de isolamento e falta de comunicação com outros grupos, isso os beneficiou a permanecerem com suas concepções tradicionais. Porém, com o passar das décadas um cerco foi se configurando em torno do camponês modificando suas relações com o sítio e com a terra.

Em campo, pude observar que Guaraqueçaba, durante as décadas manteve um distanciamento com outros municípios do estado devido às dificuldades e precariedades de locomoção, isso fez com que o município mantivesse modos de vidas tradicionais até o momento de imposição à subordinação as leis ambientais. Assim como nas comunidades camponesas ocorreram, entre as famílias pescadoras, gradativas transformações e adaptações em torno dos usos da terra. Com a implantação da Área de

Proteção Ambiental foram proibidas as plantações, ou seja, as plantações foram subordinadas ao aparato de regras e proibições que definem as Áreas de Proteção Ambiental.

Compreendi essa situação de conflito socioambiental ao conversar seguidas vezes com João. Atualmente residindo em Guaraqueçaba, João é filho de pescador, cresceu na Ilha de Superagui, trabalhando com a família na pesca e na roça. Com as dificuldades em se viver da pesca e da roça na região, decidiu sair de Superagui e foi para Paranaguá na casa de parentes com o objetivo principal de estudar e lá anos mais tarde se tornou funcionário público até se aposentar. Ligado a suas origens decidiu participar ativamente nas questões relacionadas ao direito da população pescadora. Assim, tornou-se membro do MOPEAR (Movimento dos Pescadores Artesanais no Paraná) e desta posição institucional se articula para trazer orientações e benefícios para os pescadores.

O MOPEAR também busca articulação para as colônias de pescadores de Guaraqueçaba e de Superagui. Nos relatos de João a população de Guaraqueçaba foi esquecida pelo Estado do Paraná, sendo a principal preocupação das políticas a proteção ao meio ambiente, deixando de lado as necessidades da população. “Quem preserva são os próprios moradores, por isso existe uma natureza preservada, a população sempre preservou, então o poder público deveria dar condições para essa população continuar a preservação”².

Nos relatos de João, essas modificações no uso dos recursos naturais afetaram os pescadores e suas famílias, que tiveram que ocupar novos e outros postos de trabalho. O principal lugar que oferta empregos na cidade é a prefeitura. Essa realidade não foi

² Relato do morador João em novembro de 2017.

sempre dessa maneira. Antes do município se tornar uma Área de Proteção Ambiental no ano de 1985, as restrições e proibições não existiam e as pessoas viviam da pesca e da caça quase que exclusivamente. Se tornar uma APA e Unidade de Conservação Federal acarretou implicações no modo de vida tradicional da população, o acesso às práticas ancestrais lhes é negado em nome da legislação ambiental. A roça em Superagui da família de João foi forte, pouco se comprava no mercado, com as restrições e proibições é proibido plantar, pois a técnica usada para a preparação do solo, a coivara³ é estritamente proibida.

Figura 5 – Superagui



Fonte: Mello, 2017.

Os problemas de acordo com ele são muitos. A questão do acesso à energia nas comunidades e nas ilhas é uma situação que se estende por anos de luta e ainda algumas

³ A coivara consiste em queimar o mato para depois plantar.

comunidades não têm energia elétrica. No total, são nove ilhas que, atualmente, não possuem energia. Algumas contam somente com energia solar, mas os maiores problemas ocorrem quando chove, pois as famílias ficam sem energia. A Companhia Paranaense de Energia (Copel) alega que para as ilhas terem energia isso implicaria em impacto ambiental. João me questiona: “qual o tamanho do impacto?”. Para ele não há interesse no investimento nas ilhas. Não ter energia elétrica é não ter como manter os peixes refrigerados e perder o produto.

Figura 6 – Casa na ilha com energia solar



Outro grave problema no município diz respeito ao plano de manejo. Toda Unidade de Conservação ambiental deve dispor de um plano de manejo. As Áreas de Proteção Ambiental são Unidades de Conservação de Uso Sustentável, nessa modalidade o acesso aos recursos por parte da população é permitido, desde que a proteção aos recursos renováveis esteja assegurada. A criação do plano de manejo é

importante para estabelecer as normas do manejo dos recursos naturais. De acordo com a legislação a elaboração do plano deve contar com a participação ampla da população. Porém, João relatou que isso não é algo comum de acontecer, a população, no geral, não participa da elaboração. O órgão federal responsável pela gestão das Unidades de Conservação e elaboração do plano de manejo é o ICMBio. Isso não é um problema local, mas sim nacional, das mais de 300 APAs do Brasil, somente em torno de 100 possuem plano de manejo. João relatou um episódio sobre a criação do plano de manejo de Superagui.

Superagui é um Parque Nacional, foi criado em 1989 e em 2007 sua área de extensão foi aumentada. Os Parques Nacionais são Unidades de Conservação de Proteção Integral, possuem normas mais restritivas que as Unidades de Conservação Sustentável. Desde sua criação, o Parque Nacional do Superagui não possui um plano de manejo. No ano de 2015 o ICMBio começou a elaborar o plano. No entanto, de acordo com João, esse plano está sendo elaborado sem a participação da população. Articulados através do Movimento dos Pescadores do Paraná (MOPEAR) e da colônia dos pescadores, os pescadores recorreram a justiça, movendo uma ação contra o ICMBio, para participarem na elaboração do plano de manejo, pois esse plano é que determinará como a população pode usar os recursos naturais da região.

A decisão da Justiça Federal em Paranaguá foi favorável aos pescadores, determinando que eles tenham direito a participação na elaboração do plano de manejo. A decisão da justiça consta que o ICMBio teria praticado violação dos direitos humanos durante a elaboração do plano, já que quando há a demarcação de um parque com população local o decreto federal nº 6040 de 2007 prevê que os usos e costumes da população que tradicionalmente ocupa o território devem ser compatíveis com a proteção ao meio ambiente. Isso não estava ocorrendo na elaboração do plano de

manejo e a defensoria pública argumentou que isso colocaria em risco a existência das comunidades tradicionais formadas por essa população.

Quando tiveram acesso ao documento do plano de manejo, as incompatibilidades com a realidade da população se tornaram mais evidentes e se confirmou a apreensão dos pescadores: o plano não possuía relações com o modo de vida da população. Uma das incompatibilidades inaceitáveis pelos pescadores é o fato de que o plano elaborado pelo ICMBio proíbe a caça de baleias na região de Bertiooga. João disse que isso demonstra o desconhecimento do plano de manejo das práticas da população. Bertiooga é uma ilha que faz parte do município de Guaraqueçaba, está localizada na costa, e não existem baleias nessas regiões, somente em mar aberto. Os pescadores ficaram curiosos com essas informações, pois não existe baleia nessa região e foram pesquisar. Descobriram que existe um município na região de Santos, chamado Bertiooga e lá existe um grave problema que é a caça de baleias. Ou seja, os pescadores perceberam que o plano de manejo estava sendo elaborado a partir de dados e fatores totalmente isolados da realidade local produzindo, assim, várias incongruências com as práticas da população. Por isso, rejeitaram o plano de manejo, “não queremos um plano de manejo bom ou ruim, isso não existe, existe plano de manejo que atende e é compatível com o que precisamos”⁴.

Durante nossa conversa, João me perguntou sobre a pesquisa que eu pretendia realizar em Guaraqueçaba, após a minha resposta, exclamou: “olha não quero te desanimar, mas será difícil, o pessoal não conversa sobre a vida deles com estranhos, tem medo que possam prejudicar ainda mais a situação deles”. Descobri mais tarde os motivos da preocupação de João. Guaraqueçaba é uma região importante em relação a muitas questões ligadas à proteção do meio ambiente, muitas pesquisas foram realizadas

⁴ Relato do morador João em novembro de 2017.

nessa região sobre espécies, pesca, território, preservação e conflitos socioambientais. Em algumas dessas situações a população foi entrevistada através de questionários, com argumentos sobre catalogar o número de pescadores na região e os dados foram usados para reforçar as leis de restrição e proibição. Ocorrências desse tipo levaram a população a demonstrar apreensão diante de pesquisadores, associada à frustração diante de promessas que não trouxeram benefícios para suas vidas.

É o agrupamento desses atores: pescadores, famílias, políticos, órgãos ambientais, políticas ambientais, instituições públicas e privadas, que compõe Guaraqueçaba. A sede seria, assim, um ponto de referência, não um fim, em si. Ao final daquela conversa descontraída, o morador me perguntou se eu achava Guaraqueçaba bonita, eu respondi: “sim, Guaraqueçaba é linda” – e ele me disse: “more com eles, viva como eles, dependa da renda que eles tiram aqui e você poderá me dizer se ela é tão linda”. Essa afirmação me deixou intrigada e, ao mesmo tempo, me deu alguns indícios do que eu encontraria em Guaraqueçaba. Naquele momento, já avistávamos Guaraqueçaba, uma moça foi passando para receber o valor da passagem. Nativo pagava 28,00 e turista 35,00 reais. Valores desproporcionais em relação à renda dos nativos, como ficará compreensível no decorrer da pesquisa.

Figura 7 – Tabela de preço da passagem para Guaraqueçaba

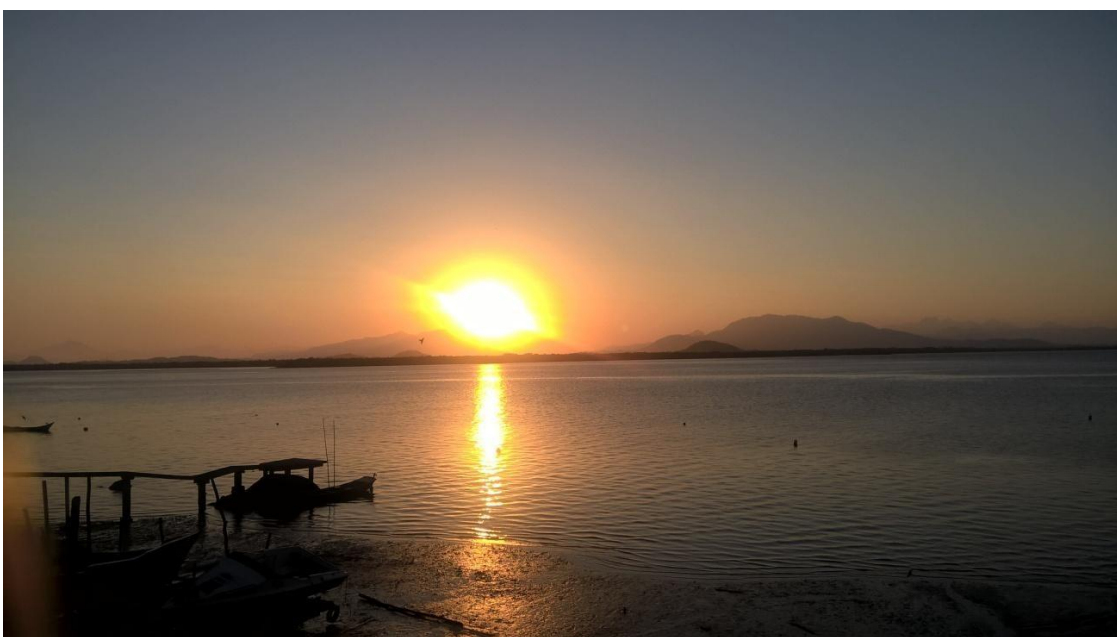


PREÇO DA PASSAGEM PARA GUARAQUEÇABA	
NATIVOS	28,00
VISITANTES	35,00

ATENÇÃO:
MERCADORIAS QUE DEIXAREM NO BARCO PARA SER ENTREGUE EM PARANAGUÁ OU GUARAQUEÇABA, FICARÃO GUARDADAS SOMENTE POR TRÊS DIAS. FAVOR VERIFICAR SE FOI RETIRADO!

Fonte: Mello, 2018.

Figura 8 – Por do Sol em Guaraqueçaba



Fonte: Mello, 2017.

O barco foi se aproximando do trapiche onde as pessoas desembarcariam e eu me despedi do morador que conheci e que ainda brincava com os paradoxos sobre a beleza de Guaraqueçaba e o contraste de se viver em Guaraqueçaba. Estava um dia ensolarado e muito quente, as crianças e alguns jovens nadavam a beira do trapiche, no meio disso, outros moradores foram se aproximando do barco para ajudar seus familiares a descarregar as compras. De longe uma senhora veio se aproximando, logo descubro que ela era a dona da casa onde eu ficaria hospedada durante toda a minha pesquisa. Muito gentil e hospitaleira me levou até sua casa, localizada no bairro chamado Costão.

Figura 9 – Trapiche de Guaraqueçaba



Fonte: Mello, 2017

Ao sair do trapiche, a poucos metros, uma rua muito estreita ao lado de uma mercearia e bar freqüentado, principalmente, pelos turistas que vem à cidade, ali começa o território que define esse bairro. Todo o percurso dessa rua fica à beira mar. A rua é de mão simples, mas é usada por veículos que vão de um lado da cidade até o outro. Muito estreita, exige manobras arriscadas dos motoristas para que ambos os lados consigam circular por ela. A cidade é dividida pelo morro do Quitumbê, de um lado está o costão, bairro composto, em sua maioria por pescadores e suas famílias e do outro lado a vila, e ao centro o comércio e as principais instituições.

A casa onde fiquei hospedada naquela oportunidade e em todas as outras ocasiões em que estive em campo está localizada na região da sede na qual moram os pescadores. Apesar de não residirem em Guaraqueçaba, compraram a casa há quase duas décadas e uma boa surpresa foi revelada com o passar dos dias: os moradores locais os vêem como nativos. Esse fator facilitou o meu acesso aos moradores locais e o estabelecimento de uma relação, posteriormente, de confiança. Os donos da casa permaneceriam somente dois dias em minha companhia, depois voltariam para sua cidade de origem. Assim, no mesmo dia após me acomodar no quarto preparado para minha chegada, a dona da casa entusiasmada e animada foi gentilmente em minha companhia apresentar alguns moradores da vizinhança. Essa senhora, intuitivamente, conseguiu viabilizar meus primeiros movimentos em campo e me ajudou muito naqueles dois dias.

Para compreender os conflitos socioambientais resultantes da implantação da Área de Proteção Ambiental em Guaraqueçaba e as mudanças no modo de vida tradicional da população, começamos os percursos da pesquisa estudando os pescadores da sede do município. Esses conflitos socioambientais foram configurados após a implantação das Unidades de conservação. No período da criação das Áreas de Proteção

Ambiental na região do Paraná e de São Paulo, houve uma motivação pela necessidade de medidas paliativas referentes à degradação ambiental, resultante da industrialização que se acelerava e contra a violência e exploração da terra pelos pequenos proprietários, algo que estava ocorrendo nos dois estados (Rocha, 2015). Mas o que podemos contestar é que os principais afetados foram à população local, suas atividades econômicas e a transformação dos seus modos de vida.

A população de Guaraqueçaba é definida enquanto caiçara. Segundo Diegues (2001), os grupos caiçaras possuem uma forma de vida baseada em atividade de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato. Sendo sua principal atividade econômica historicamente a pesca, a caça e a roça (Diegues, 2001). De acordo com Adams (2000), a formação das comunidades caiçaras só pode ser compreendida no contexto das ocupações do litoral e dos seus ciclos econômicos. Contudo, ainda segundo Adams (2000), os caiçaras foram erroneamente apresentados pelos estudos antropológicos como um grupo que estabeleceu relações “harmoniosas” com a natureza.

Esse modelo foi responsável pela construção de uma imagem dos caiçaras relacionada ao mito do “bom selvagem” e essa relação condicionou as práticas da população com o ambiente, subordinando-as a uma agenda de preservação imposta externamente. “Essa categorização enquanto uma população harmônica com a natureza levou ao enquadramento destes grupos enquanto população tradicional” (Rocha, 2015, p.40). Essa imagem atrelada à população foi desconstruída no decorrer da pesquisa, ao perceber que a população estabeleceu relações de resistência às políticas ambientais impostas e tem desenvolvido modos de conciliação entre as práticas ancestrais e as novas práticas para habitarem esse lugar (Escobar, 2005).

Assim, para compreender as relações estabelecidas por essa população tradicional, em princípio, os meus interlocutores eram os pescadores. Naquela mesma tarde, em que cheguei, saímos, eu e minha anfitriã, para conhecer alguns pescadores do Costão. Ali comecei a realizar as minhas primeiras entrevistas. Compreender as práticas da pesca implicava em entrevistar homens pescadores, esses são considerados pessoas que participam ativamente dessa atividade e são reconhecidos pelo grupo social enquanto os responsáveis pela captura dos pescados e pela venda desse produto. Assim, construí inicialmente meu olhar etnográfico para observar esse grupo, pressupondo encontrar unicamente homens como praticantes exclusivos das atividades da pesca e as mulheres como sujeitos responsáveis, apenas, pela limpeza dos peixes.

Meu primeiro interlocutor é considerado pelos moradores do município, como um grande conhecedor das técnicas da pesca e o principal nome apontado pelos pescadores para a compreensão da pesca em Guaraqueçaba. Seu apelido demonstra sua fama, é chamado pelo nome de um peixe. Pescador há 53 anos, viveu exclusivamente da pesca boa parte da sua vida. Mas com as mudanças na região advindas das restrições e proibições da legislação ambiental, conciliou a atividade do turismo em sua trajetória. Em sua pequena residência, dividiu alguns cômodos exclusivos para alugar quartos aos turistas que tem interesse na pesca esportiva. Há mais de 30 anos, desenvolve essa atividade. Por lá já passaram em torno de 5.000 pessoas organizadas em famílias, grupos de amigos e pessoas interessadas em passar alguns dias pescando e descansando.

Segundo meu interlocutor, o mar sempre teve muito peixe, o seu avô morreu com 101 anos, criou toda a família com a renda vinda da pesca. Mas em muito se mudou, “o mar não é mais o mesmo”, as restrições e proibições acarretaram uma modificação no calendário nativo de pesca, obrigando-os a se adaptarem a um novo calendário. Isso gerou um desequilíbrio, acarretando uma nova jornada de trabalho para

quem pretende viver da pesca. Para viver da pesca, exclusivamente, é necessária uma dedicação de tempo muito grande. Se antes, era possível pescar somente à noite, agora é preciso ir de manhã, à tarde, à noite, de madrugada e às vezes vai nesses três períodos jogar a rede ou, somente, verificar a rede que está posta em algum ponto e voltam sem nenhum ou com poucos peixes. Com suas mãos bem calejadas da pesca, ouvi relatos de sua memória sobre viver em Guaraqueçaba, “temos que se criar aqui” e encontrar formas de continuar pescando.

Ainda hoje, nos bons dias de pesca, é possível pegar em torno de 20 a 30 quilos de peixe por dia. O camarão é um recurso priorizado por alguns pescadores, por ser valorizado pelo comércio local e por dar um lucro maior. Mas, por outro lado, é arriscado investir somente no camarão, pois no período de 15 de dezembro a 15 de fevereiro ele é proibido. Mesmo no período da liberação do camarão, eles são pequenos, é difícil quem encontra camarão grande. Isso implica, em pegar muito camarão para conseguir vender por um valor considerável. Em geral, descobri nos próximos dias, que muitos pescam o camarão somente para o consumo, pois a quantidade não permite uma venda compensatória. No período da proibição do camarão é, contraditoriamente, quando ele é considerado pelos pescadores com um tamanho adequado para a venda, sendo de um tamanho maior e compensando a sua venda para os moradores locais e para o comércio. Porém, nesse período não podem pescar o camarão.

Figura 10 – Limpeza de peixe com enxada



Fonte: Mello, 2017.

Nos dias seguintes de minha permanência em campo, acompanhando alguns pescadores na pesca ao camarão, pude constatar esses relatos. No período permitido, os camarões obtidos são classificados em dois tipos, os brancos e os escuros, e ambos eram de tamanho bem pequeno. Caso se arrisque a pescar o camarão no período da proibição o pescador perde sua mercadoria, sua rede, pode ser multado e até mesmo preso. Uma boa rede custa em torno de 500,00 a 900,00 reais, depende do tamanho. As multas variam entre 500,00 a 2.000 mil reais. Para o pagamento das multas é gerado um parcelamento. O pescador precisa cumprir as parcelas, pois isso implica em manter a carteira de pescador e conseguir dar entrada no seguro desemprego no período da proibição do camarão. Os períodos de proibições são mais restritos para o camarão e o caranguejo. Mas as restrições não valem somente para essas espécies, mas são as mais fiscalizadas pela polícia florestal.

Figura 11 – Tamanho dos camarões



Fonte: Mello, 2017.

As restrições e proibições não são somente para a pesca. É exclusivamente proibida a caça, a derrubada de árvores nativas sem autorização legal dos órgãos ambientais, a derrubada do palmito juçara (palmito nativo da região) e a plantação com o uso da técnica de coivara para preparação do solo. Todas essas restrições de acordo com o plano de manejo da APA de Guaraqueçaba resultam em impactos e degradação dos recursos naturais.

A população viveu até meados da década de 1980 com acesso a essa natureza, pescando, caçando, plantando, consumindo e vendendo o palmito, mantendo, por vezes, uma pequena criação de animais para o consumo. Radicalmente, foram proibidos das suas práticas ancestrais para a preservação e manutenção da natureza. Algo curioso e que contrasta o argumento das restrições e proibições é o fato de Guaraqueçaba ser o município mais antigo do Paraná, com 472 anos. A ocupação humana nos seus 472 anos de história manteve a natureza e os recursos naturais da região preservada até a chegada

dos automeados guardiões dos recursos naturais. Como consequência, hoje lhes é negado o acesso a esses recursos, normas e regras estabelecem um novo modo de se viver em Guaraqueçaba.

Muitos dos trabalhos revisados para essa pesquisa demonstram que Guaraqueçaba nos seus 472 anos nunca conseguiu crescer e se expandir economicamente. Teve o ciclo da banana, dos búfalos, do palmito, uma possível construção de um porto, que acabou migrando para o município vizinho, Paranaguá (Dumora, 2006; Macedo, 2008; Rocha, 2015). Uma promessa de uma estrada asfaltada que nunca ocorreu. Em suma, arrisco assumir, como fio condutor dessa pesquisa, que se pode afirmar que historicamente a Guaraqueçaba foi relegada a representar e a ocupar o lugar de uma natureza que não poderia ser desconsiderada na construção e implantação de uma região economicamente prolífica. A natureza estava presente em toda a sua história e não poderia ser negada em nome de uma posição na economia do Paraná. Guaraqueçaba é um palco propício e potente para a compreensão das relações entre o universo social e o natural.

Figura 12 – Criação de Búfalos em Guaraqueçaba



Fonte: Mello, 2017.

É nesse cenário que se construíram a história de vida dessa população. Ali se estabeleceram as famílias dos pescadores. A pesca foi sendo passada de pai para filho e se tornando um ofício, e há algumas décadas foi reconhecida como profissão. Para ser pescador é necessário ter uma carteira de pesca, retirada na colônia dos pescadores. A carteira dá alguns benefícios. Através dela, se dá entrada no seguro desemprego no período da proibição do camarão, a contribuição anual para a aposentadoria, e a segurança de poderem pescar. Em uma fiscalização da polícia florestal o pescador deve apresentar a carteira de pescador para demonstrar que está em dia para continuar exercendo sua profissão. Apesar dos pescadores da sede de Guaraqueçaba exercerem somente a pesca artesanal – termo usado pelos nativos – a carteira os reconhece como pescadores profissionais, podendo pescar em larga escala.

Figura 13 – Pescador limpando peixes



Fonte: Mello, 2017.

Figura 14 – Peixe Sagua



Fonte: Mello, 2017.

Figura 15 – Peixe logo após a pesca



Fonte: Mello, 2018.

O pescador Mattio, foi o pescador com quem mantive maior contato durante toda minha estadia em campo, um dos principais interlocutores com quem pude conhecer os demais pescadores e seus familiares. A partir dele conheci as técnicas da pesca, os nomes dos peixes, os períodos de proibição e liberação da pesca, as amplas dificuldades de se viver da pesca. Conheci Mattio em um dos jantares na casa de uma figura pública da sede do município⁵. Esse pescador me relatou sobre as dificuldades de pescar, que a pesca não é mais como antes. Mattio me convidou para ir ao mangue conhecer como funciona a captura dos caranguejos. Dias depois partimos para que eu conhecesse o mangue.

No mangue, conheci as técnicas para a captura do caranguejo, juntamente com os relatos sobre as rotinas de pesca. Mattio descreveu minuciosamente os períodos do calendário. A captura do caranguejo é proibida nos períodos de dezembro até março.

⁵ Através dessa figura pública de Guaraqueçaba conheci vários dos pescadores que entrevistei.

Durante esse período e nos demais meses é estritamente proibida a captura das fêmeas e de dos caranguejos com dimensões pequenas.

Figura 16 – No mangue com Mattio



Fonte: Mello, 2017.

Os principais peixes pescados são a pescadinha, o bagre, o baiacu, o cascudo, o robalo, a tainhota, a tainhotinha, o sagua, a sardinha e o cação. Esses são os peixes mais consumidos pelos moradores e com mais saídas para venda. A pescadinha é um peixe muito consumido, tanto pelos moradores, quanto pelo comércio local. É um peixe para ser consumido frito. Os bares e restaurantes da cidade adquirem bons volumes para o preparo das porções do prato apreciado.

O bagre, ao contrário, não é um peixe apreciado por todos, por ser um peixe que vive no fundo do rio e do mar costuma ter um sabor mais forte. Apontado pelos pescadores como um rato do mar porque se alimenta de tudo o que encontra. O robalo apesar de considerado um peixe nobre em outras regiões do Brasil, não tem grande destaque para os moradores, é um peixe consumido frito em postas, raramente encontrei

os moradores usando-o para o preparo de caldos. Somente encontrei caldo de robalo na ocasião de um jantar em uma das comunidades que visitei. A tainhota e a tainhotinha⁶ são muito apreciados pelos moradores, em muitos dos almoços e jantares na casa dos pescadores acompanhei o preparo. Em geral, preparam um tempero com ervas, sal e limão, e assam. Quando o peixe é assado o consumo ocorre sem prato, geralmente todos os que vão comer se aproximam e pegam um pedaço.

O sagua é um peixe muito valorizado para os caldos. O peixe reservado para o caldo são aqueles que ao cozinhar não perdem a textura. Como é o caso da pescadinha, ela não pode ser cozida em caldo, ela perde sua textura original, virando uma papa de peixe. A sardinha é muito valorizada para o consumo frito ou em conserva, tem uma boa saída para venda, mas são somente em alguns períodos do ano que aparecem o cardume de sardinhas. Já o cação é pouco valorizado pelos pescadores, os moradores não apreciam sua carne, somente os moradores mais antigos do município costumam consumi-lo. Existe certo desprezo pelo consumo desse peixe, por ele ser considerado um filhote de tubarão.

Nos 15 dias da minha primeira incursão a campo, conheci alguns pescadores e suas famílias. Cada pescador que conheci me indicava e me levava para conhecer outros pescadores. Foi dessa maneira que eu conheci pessoas que irão me acompanhar durante toda a minha pesquisa. Com esses atores construímos juntos as configurações e rumos da pesquisa. Por ser uma mulher jovem, alguns ficavam surpresos com a minha presença, desconfiados, alguns incomodados, medo de serem expostos de alguma maneira por uma pessoa estranha entre eles. Com alguns estabeleci relações de amizade, de trocas e fui afetada por aquele modo de vida tradicional (Favret-Saada, 2005).

⁶ Tainhotinha é a tainhota quando filhote.

Permaneci os 15 dias comendo os mesmos alimentos que eles, me vestindo parecida com eles e aceitando tudo o que me ofereciam para comer e beber que faz parte da sua rotina de vida. Com o passar dos dias, acompanhando diariamente suas rotinas, fomos construindo uma relação de confiança, e as conversas que eram na frente da casa, ao lado do barco se transformaram em convites para almoçar, jantar, ir pescar, ir ao mangue e participar de todas as suas atividades cotidianas. Entretanto, os convites para participar de atividades dentro das casas somente ocorreram quando eu estabeleci contato com as mulheres dos pescadores. São as mulheres que controlam o espaço e o território doméstico, bem como a porosidade da família pescadora frente a novas relações sociais. A proximidade com as mulheres dos pescadores mudou todos os rumos originais da pesquisa. Isso ficará evidente no decorrer do desenvolvimento da dissertação.

Figura 17 – Pescador que me ensinou sobre a história e as técnicas da pesca



Fonte: Mello, 2017.

Uma das famílias que adoto como modelo para a pesquisa (na concepção teórica de Max Weber), pois representa, de modo geral, as famílias dos pescadores, foi a que mais demorei a estabelecer uma relação de confiança e reciprocidade. A esposa do pescador dessa família foi à primeira mulher que estabeleci contato no campo. As outras mulheres me olhavam conversando com os seus maridos, mas nos primeiros contatos não permitiram uma aproximação. Essa conversa marcou os rumos da minha pesquisa, no segundo retorno ao campo, a pesquisa foi transformada a partir de um novo lócus de análise até então despercebida nas minhas observações. A ela devo todo o conhecimento sobre a casa, ali percebi que a casa é um lugar feminino, que o pescador nunca convidará alguém para entrar na casa dele, quem convida e dá os rumos da dimensão da casa é a mulher nessa sociedade. Através dela conheci os papéis sociais da mulher na pesca, na limpeza dos pescados, na venda, no preparo dos alimentos, criação dos filhos e as dimensões múltiplas de ser mulher nessa sociedade.

Figura 18 – Limpeza das sardinhas



Fonte: Mello, 2018.

O recurso à concepção de modelo de Weber baseia-se na proposição de que, essa família apresenta todas as características necessárias para a definição de uma típica família de pescadores de Guaraqueçaba. Assim, partindo do real, tal família expressa bem o que seria o modelo, o que me permitiu observar as características das outras famílias e reconhecer traços presentes ou ausentes.

De uma pesquisa inicialmente voltada para compreender os modos de vida de uma população em uma Área de Proteção Ambiental a cada dia percebia o campo sendo construído por outros objetivos. O fato de a população viver em uma Área de Proteção Ambiental era pouco acionado no discurso dos pescadores. Para as mulheres essa condição é um agravante nas práticas culturais, mas não é determinante. Se no tempo dos seus bisavôs ou tataravôs que chegaram à Guaraqueçaba foi possível viver, exclusivamente, da pesca, essa não é mais a realidade atual.

Mesmo assim, resistem e persistem para se manterem no seu lugar (Escobar, 2005) de origem. Construíram um modelo híbrido, entre a pesca e outras atividades, mas isso não os faz menos pescadores, se intitulam pescadores, mesmo em muitos

momentos não mais reconhecidos pela comunidade como sendo, exclusivamente pescadores. Muitos pescadores desenvolvem outras atividades com a pesca. São pedreiros, construtores e alguns poucos trabalham em funções na prefeitura. A prefeitura nessa sociedade é um espaço ocupado predominantemente pelas mulheres. Os que permaneceram exclusivamente na pesca é porque tem outra renda, estão aposentados, tem filhos que ajudam nas despesas da casa e principalmente, são casados, pois a mulher é a responsável pela persistência em pescar todos os dias.

Essas primeiras entrevistas que realizei com os pescadores, foram informais, conversas livres, entrevistas abertas, nas quais, eu ouvi relatos de como é viver em Guaraqueçaba, como por exemplo, qual era a origem dos seus familiares, como chegaram ao município, com o que seus pais trabalhavam, com quantos anos começaram a pescar, quantos filhos possuem e como as transformações ocorreram com o passar dos anos. Aqui me deparei com uma outra grande questão, o fato de Guaraqueçaba ser uma Área de Proteção Ambiental não é acionado pelos pescadores.

Os discursos são carregados de palavras como: “as coisas mudaram”, “o mar não é como antes”, “é difícil encontrar um pescador que viva somente da pesca”. Ou seja, algo mudou na vida dos pescadores, mas uma mudança não relacionada à Área de Proteção Ambiental. Nesse momento me pergunto como a Área de proteção não é vista como a causadora da modificação dos modos de vida tradicional?

Percebi, nesses primeiros contatos, que a população, de um modo geral, após os meus anfitriões retornarem para sua cidade de origem, demonstrava apreensão e certo incomodo com a minha presença. Logo nos primeiros dias, percebi que essa preocupação aparecia quando eu perguntava sobre a Área de Proteção Ambiental, das restrições e proibições. Nesse momento o desconforto e a mudança de assunto ocorriam. Percebo que a Área de Proteção Ambiental é um problema para ser compreendido.

Mas como compreender algo que os nativos não falam? Como compreender algo que não é um problema explicitado? Se a APA não é um problema, porque a negação no discurso dos pescadores em falar sobre ela? A essas perguntas, só obtive resposta, parcial, no final da minha primeira incursão a campo. Nos dias que se seguiram às minhas perguntas sobre a APA, não obtive convites para acompanhar os pescadores nas suas práticas cotidianas da pesca, ao mesmo tempo, observei um grande cuidado na escolha das palavras que usavam para descrever seus modos de vida.

Esse cuidado com as palavras me demonstrava algo, uma preocupação em como eu veria a comunidade de pescadores de Guaraqueçaba. O silêncio, quando eu direcionava as perguntas para questões relacionadas à APA, também comunicava. Ao não falar sobre a APA, algo era dito. Havia medos e apreensões de serem expostos.

Visitei uma família de pescadores que tem uma pequena “vendinha”⁷ no costão. Ao chegar conversei com a esposa do pescador, dona Maria. Ela me perguntou como estava o andamento do cadastro das carteirinhas, não compreendi a pergunta e indaguei sobre o que se tratava esse cadastro. Dona Maria, me explicou que poucos dias antes da minha chegada a Guaraqueçaba, funcionários do ICMBio visitaram os pescadores para realizar um recenseamento. O objetivo principal era atualizar o número de pescadores que existe no município e convidá-los para obterem uma “carteirinha” de pesca. Segundo as orientações recebidas, essa “carteirinha” deveria ser apresentada no momento de fiscalização da polícia florestal. Ou seja, do ponto de vista do órgão ambiental, a carteirinha seria um benefício para os pescadores.

Para os pescadores, o referido documento também tinha um caráter positivo, se viesse a existir. Tive acesso ao documento entregue para os pescadores. Esse documento

⁷ Vendinha é um termo usado pelos nativos ao se referirem aquele pequeno comércio.

convidava os pescadores para a realizarem esse cadastro pessoalmente com datas e horários definidos. Mencionava brevemente, uma possível elaboração da carteirinha, mas nada definido, isso poderia ocorrer posteriormente. Dona Maria, relatou que a promessa de uma carteirinha que facilite a vida dos pescadores ao serem autuados é algo antigo. “Eles sempre falam que vão fazer... eu, meu marido e o meu filho nem acredita mais”... “bom mais eles falam”.

Naquele momento, descobri o porquê da apreensão dos pescadores ao conversar comigo. As famílias achavam que eu era funcionária do ICMBio. Após aquele dia, descobri que ao me apresentar como pesquisadora da Universidade Estadual de Maringá, os pescadores não relacionavam com uma pesquisa científica da área de humanas, mas sim das áreas ambientais e ao órgão do governo, o ICMBio. Com isso na cabeça, nos dias seguintes, passei a perguntar para os pescadores o que o ICMBio representa para a comunidade, as respostas coincidiam, “é um órgão que protege o meio ambiente e não as pessoas”. Os pescadores no decorrer dos anos sentiram-se enganados pelas pesquisas desse órgão. Sempre após os recenseamentos, afirmam eles, “as restrições e fiscalizações se intensificaram”. O Resultado dessa insatisfação com o ICMBio ficou evidente ao constatar que os pescadores não compareceram nas reuniões e no cadastramento do ICMBio.

Nas discussões contemporâneas, as divisões entre natureza e sociedade e os conflitos socioambientais, são temas controversos (Latour, 2012). De um lado temos discursos ambientalistas e políticas ambientais e do outro os nativos que habitam esses lugares naturais e sociais (Escobar, 2005). A Área de Proteção Ambiental é o território legitimado, e onde se espera que a natureza seja protegida. Delegou-se às populações tradicionais que ocupam esses lugares (Escobar, 2005) a responsabilidade de exercer essa função. Somado a isso, temos o discurso sobre sustentabilidade ambiental, uma

categoria acionada pelos ambientalistas e órgãos ambientais, que atribuem um significado compartilhado coletivamente de solução para os possíveis problemas envolvendo a degradação e as disputas pelos recursos naturais: a população é responsável pela proteção e manutenção dos recursos e a polícia florestal por fiscalizar se os recursos estão sendo protegidos. Em torno disso muitos trabalhos revisados nessa pesquisa, apresentam historicamente a história social dos conflitos vivenciados nas APAS.

O levantamento bibliográfico realizado para essa pesquisa indica que muitos dos trabalhos têm tratado do tema a partir das políticas ambientais e do modo de vida da população. A ênfase dada às pesquisas das ciências sociais e, especificamente, na antropologia, em Guaraqueçaba e populações caiçaras são estudos sobre a pesca, a caça, a alimentação, concepções entre ambientalistas e nativos, políticas ambientais e comunidades rurais (Dumora 2006; Macedo, 2008; Rocha, 2015). O mais importante a destacar aqui, contudo, é a ênfase desses trabalhos na figura do homem, como o ator principal e afetado nas suas atividades pelas transformações sociais em torno da natureza (Schiocchet, 2005). A mulher aparece pontualmente nesses trabalhos, mas não como responsável pela construção de significados (Beck, 1991). Numa perspectiva distinta dos trabalhos já realizados, partimos do pressuposto que as questões de gênero permeiam a construção social da natureza e que a invisibilidade das mulheres em relação à pesca em Guaraqueçaba tem comprometido uma compreensão mais ampla desse universo.

O corpo, a pesca, o mar, a mata, a caça, a imagem de quem mora nas ilhas e, especificamente, em Guaraqueçaba, é retratada com ênfase na figura masculina. A mulher apresenta definições, ligadas a casa, à família, à limpeza, aos cuidados, às crenças. Porém, podemos apontar que a criação da APA e das políticas ambientais está

pautada na transformação da noção de natureza, isso modifica as práticas culturais e leva a comunidade, em geral, e não somente os homens, a construir coletivamente novas noções de natureza e novas estratégias para a vida. Essas noções sociais sobre a natureza possuem dimensões de totalidade, pois perpassam a comunidade toda. Homens, mulheres, jovens, crianças, idosos, órgãos ambientais, empresas privadas, mar, terra, céu, mata e mitos atuam na construção dos significados compartilhados dentro da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.

Nesse caminho, a construção social da noção de natureza tornou-se o tema geral que atravessa essa pesquisa. Nela, o meu objetivo é fazer emergir as questões relacionais e negociações entre a sociedade e natureza no que diz respeito aos modos de vida da população de Guaraqueçaba, enfatizando especialmente as mulheres e suas práticas, suas iniciativas, seus pontos de vista, seus projetos. Existem diversos atores nessa comunidade sendo afetados e modificados pelas políticas ambientais, encontrando novas maneiras de reconstruir seus modos de vida em Guaraqueçaba. A questão do ser afetado, e práticas modificadas estão relacionadas aos significados de natureza. Assumo a ideia de que toda a comunidade é afetada nas mesmas dimensões, que todos são impactados pelas transformações sociais e naturais, sim, em boa medida a população, em geral, é afetada. Porém, de um ponto de vista dicotomizado e assimétrico (Latour, 2012; Rapchan e Carniel, 2016).

Ao analisar os amplos atores nessa disputa por construções sociais do significado de natureza, temos um grupo de atores que possuem uma dimensão múltipla na sociedade estudada: as mulheres. Neste sentido, por exemplo, tanto as pesquisas quanto a legislação não apresentam as mulheres como sendo pescadoras e agentes ativas do processo de construção de significados nessas comunidades. Elas aparecem, restritamente, como participantes em etapas da limpeza dos pescados. As relações de

gênero são fundamentais para a construção do conhecimento simétrico e dos movimentos entre as pessoas e as coisas para a construção social dos significados do social e do natural (Strathern, 2006).

Trata-se de incluir sujeitos que apresentarão novos relatos, trajetórias e perspectivas alternativas dos modos de vida em uma Área de Proteção Ambiental, para expandir a compreensão de que o lugar nunca está completo (Escobar, 2005), mas sim em construção, a partir de trajetos de vida que os organismos humanos estabelecem por meio de linhas contínuas de trocas e de movimentos constantes com o ambiente natural (Ingold, 2015). Como diria Aleksievitch (2016) “quando as mulheres falam, não aparecem nunca, ou quase nunca, aquilo que estamos acostumados a ler e escutar. Os relatos femininos são outros e falam de outras coisas”, mesmo que essa frase tenha sido afirmada em um contexto diferente da nossa pesquisa, arriscamos dizer que as mulheres apresentam uma perspectiva do social distinta da que é padronizada e dominante. Até o momento, a pesquisa sugere que elas são protagonistas na adaptação das famílias de pescadores às transformações e na construção do modo de vida na sede, nas ilhas e nas comunidades de Guaraqueçaba.

CAPÍTULO 3: A casa, a pesca e as mulheres

Ao produzir narrativas cotidianas sobre o mundo em que vivemos, estamos colaborando não apenas com a construção de histórias particulares, mas também com versões possíveis para as histórias coletivas de nosso tempo. As grandes narrativas oficiais, as histórias de um povo, de uma nação, de uma civilização, de impérios, de vitórias e derrotas, foram narradas a partir de eventos selecionados e protagonizados por um número restrito de seres, aos quais conferimos poder e a capacidade de agência.

Desse modo, não é surpreendente constatar que as narrativas históricas ocidentais privilegiaram o ponto de vista antropocêntrico (masculino, branco, europeu, burguês) para a descrição dos fatos. Assim, as demais pessoas e as manifestações da natureza foram sendo excluídas das narrativas oficiais sobre a vida social. Na tentativa de reverter essa história linear e assimétrica e evidenciar sujeitos que no passado e no presente constituem e formam o tecido social-natural das relações humanas, emergiram perspectivas *outsiders*, porque seu estilo escapa do padrão das narrativas dominantes. Entre eles está Svetlana Aleksievitch, autora do livro *A Guerra Não Tem Rosto de Mulher* (2013), agraciada com o prêmio Nobel de literatura no ano de 2015. Sua narrativa retrata a história da guerra a partir de sujeitos silenciados e excluídos desse fato histórico: as mulheres que viveram e participaram ativamente da II Guerra Mundial no front soviético e cujas faces foram ocultadas desse cenário.

Leitores atentos podem levantar questionamentos sobre a relação dessa pesquisa com as narrativas sobre a guerra e sobre as mulheres. De fato, nossa pesquisa poderia tratar de relatos que falam de uma população definida e classificada cientificamente a partir das características dominantes de uma população caiçara⁸. Assim, tal narrativa

⁸ A definição do termo “caiçara” está relacionada a características históricas dessa população nativa. “O Superagui tornou-se a mais antiga sesmaria em território paranaense em

seguiria os padrões de pesquisas clássicas e daria ênfase à história da pesca e das práticas culturais, sociais e econômicas que representam e (re) confirmam os modos de vida tradicionais dessa população.

Isso não comprometeria o rigor das descrições minuciosas das relações dos sujeitos com as demais atividades que definem essa sociedade. Porém, como vivemos novos tempos, tão sonhados e esperados com a glória da clareza que as pesquisas obrigatoriamente deveriam apresentar subsídios para um entendimento mais amplo sobre a composição do universo, é possível elaborar novos (re) desenhos de projetos de pesquisa que aspirem à possibilidade de tratar certas realidades socioculturais assumindo um ponto de vista capaz de suplantar os paralelismos, os dualismos e as barreiras erguidas – a duras forças pelo homem – entre sociedade e natureza.

1614, território do escravagista Diogo de Unhate. A essa época traficantes, Tupiniquins, Carijós e europeus povoavam a região; miscigenação que deu origem aos “caiçaras” do Superagui e do resto do litoral paranaense” [...] Os “nativos” são na sua grande maioria “caiçaras” – mestiços de índios, negros e europeus – que nasceram na ilha. Por vezes essa categoria é expandida e passa a englobar todos aqueles que já vivem a um tempo na ilha, medido através da capacidade de articulação de suas relações sociais no local [...] (SCHIOCCHET, 2005, p. 50).

Mas como analisar as narrativas humanas sem recorrer à separação rígida dos planos natural e social? Teóricos insurgentes, como Latour (2012), sugerem que as investigações deveriam verificar se os fenômenos sócio-culturais estudados obedecem, ou não, a demarcações bem determinadas do que seja natureza e do que seja cultura. Tal atitude tem possibilitado novas maneiras de se relacionar com os múltiplos modos de se narrar o universo social-natural (Ingold, 2015).

Desse modo, este capítulo é inspirado nesse tipo de insurgência, que anuncia como permanente o giro de uma nova guinada: as narrativas a partir de novas óticas, de linhas, de fluxos e de movimentos. Com isso pretendo apresentar uma população a partir das suas relações entre o social-natural, incluindo sujeitos-homens-mulheres que conhecem sua história, constroem e reconstróem-na em um constante devir dentro de mudanças, adaptações e renovações no tempo e no espaço.

O município de Guaraqueçaba, no litoral do Paraná, costuma ser representado enquanto um território de ampla preservação ambiental, com uma grande riqueza de biomas, florestas, mata atlântica e de práticas culturais. A sede do município e as ilhas que formam Guaraqueçaba são tão quistas por essa representatividade da amplitude social-natural, que se tornaram o palco para a realização de pesquisas em diversas áreas da ciência, tais como a ciências biológicas, as florestais, a ecologia e áreas afins (Bittencourt, 1987; Roderjan & Kuniyoshi, 1988; Scherer, 1989; Charvet, 1993; Lorini & Persson, 1990-1994; Gatti, 2000; Castanho, 2000). Todo esse interesse dos pesquisadores repousa na diversidade de espécies e da preservação ambiental que enfatiza o território e obscurece o lugar (Escobar, 2005) que Guaraqueçaba ocupa no espaço e no tempo.

Em que pesem a importância e legitimidade desses trabalhos para as ciências associadas ao reconhecimento do espaço de Guaraqueçaba como representação do território onde a natureza abriga seres ainda não reconhecidos pelos humanos, essas abordagens têm limites. Isso porque não há nesses trabalhos evidências do papel central da população local como sujeitos ativos nesse processo de preservação (Escobar, 2005). Parafraseando Ingold, (2015) para compreendermos a dimensão das coisas é preciso nos concentrarmos em um ponto além das margens do rio, é emergente seguir o fluxo do rio, pois as margens não existem separadas dele.

A partir da sugestão de Ingold, nosso objetivo durante a pesquisa de campo foi seguir o fluxo do que estava acontecendo em Guaraqueçaba, rastreando os múltiplos devires no tempo e no espaço. Ao abandonar o olhar focado na exclusiva aparência de natureza preservada e de ampla beleza ambiental, nas práticas culturais ancestrais, na pesca percebida como prática concentrada exclusivamente na figura masculina, foi possível adentrar o tecido social-natural e perceber as ligações ou conexões entre múltiplos sujeitos que convivem e ressignificam práticas constantemente, que se misturam e se distanciam dos dualismos criados pelos humanos modernos e ocidentais.

Em meio a esses emaranhados locais, aos poucos, observamos um cenário de conflitos latentes entre a percepção de um meio ambiente a ser preservado e as estratégias cotidianas de sobrevivência empreendidas pelas pessoas que habitam Guaraqueçaba. Ambas as lógicas e realidades parecem coexistir na relação de dependência, proteção e consumo. Sendo a pesca a prática social, cultural e econômica que articula humanos e não humanos. Ou seja, homens, mulheres, famílias, casa e as amplas manifestações da natureza.

Guaraqueçaba é a cidade mais antiga do Estado do Paraná, com 472 anos de idade (Informações retiradas a partir de relatos dos moradores de Guaraqueçaba e de

fontes secundárias⁹). Desde seu surgimento, os seus primeiros habitantes viveram os conflitos resultantes das contradições expressas entre as possibilidades de a região emplacar, ou não, economicamente (Macedo, 2008). De acordo com Macedo (2008), “a região de Guaraqueçaba possui vestígios arqueológicos datados de até 6000 anos das populações sambaquianas e, posteriormente, indígenas carijó e tupiniquim” (Macedo, 2008, p. 97). Com a chegada dos primeiros europeus e com o processo de colonização foi formado o primeiro povoado em 1767 e até os anos de 1970 os rios eram as principais vias de escoamento da produção e de transporte.

Durante os séculos XVIII e XIX os principais meios de subsistência da população da região estavam em torno da pequena agricultura, da pesca artesanal e da extração de madeira. Posteriormente, seguidos da plantação da banana, da mandioca e do palmito. O desenvolvimento da região é marcado por curtos ciclos econômicos e crises acentuadas. Na década de 1970 as políticas do estado criaram incentivos para impulsionar a região, porém a não conclusão do asfaltamento da estrada que liga Guaraqueçaba a regiões como Antonina e Morretes dificultou ascensão da região e a consequência final do agravamento agrícola ocorrerá com a criação da Área de Proteção Ambiental no final da década de 1980 (Macedo, 2008).

⁹ <https://www.guaraquecaba.com.br/confira-a-programacao-do-472o-aniversario-de-guaraquecaba/>

**Figura 19 – Estrada não asfaltada: limite de município Antonina -
Guaraqueçaba**



Fonte: Mello, 2017.

Conflitos desse tipo não são vistos apenas em Guaraqueçaba, mas, ao contrário, são cenários representativos de várias regiões do Brasil que presenciaram a implantação de Áreas de Proteção Ambiental e Parques Nacionais. Isso ocorre devido ao modo como essas APAS foram criadas no Brasil. Esta categoria APA foi criada no Brasil no início da década de 1980, inspirada “nos modelos europeus de áreas protegidas, sobretudo na experiência dos parques Naturais existentes em Portugal e na França, um tipo de área protegida que contem propriedades privadas em seu território” (Macedo, 2008, p.14). De qualquer modo, esta dissertação não tem o objetivo de oferecer um detalhamento histórico, tão pouco um analisar dos processos de ocupação da região. Inspirados em Ingold, “a nossa tarefa não é fazer um balanço do conteúdo, *mas seguir o que está acontecendo*, rastreando as múltiplas trilhas do devir, aonde quer que elas conduzam. Rastrear esses caminhos é trazer a antropologia de volta à vida” (Ingold, 2015, p. 41).

Diante dessa escolha, encontramos, inicialmente, a partir de um levantamento bibliográfico sobre as pesquisas científicas e os livros dedicados à história de Guaraqueçaba, a definição dessa população enquanto “caiçara” (Adams, 2000). O termo caiçara carrega consigo característica e práticas que definem a população a partir de uma representação identitária relativamente fixa e essencializada. Porém, se uma categoria não é acionada pela população local, torna-se de certo modo vazia de explicação. Sendo representativa para a ciência, ela não tem a mesma relevância para os habitantes locais desse lugar social-natural (Escobar, 2005).

A população de Guaraqueçaba é representada nas pesquisas como uma população que vive da pesca e dos recursos naturais daquele espaço. Nesses trabalhos, o principal sujeito da pesca é o homem. Nas pesquisas científicas sobre Guaraqueçaba – nesse momento cito apenas as da área das humanas – tampouco encontramos registros que sinalizam a ênfase no papel das mulheres como sujeitos participantes e envolvidos com as atividades relacionadas à pesca. Então podemos nos perguntar: as atividades ancestrais realizadas em Guaraqueçaba não têm um rosto de mulher?

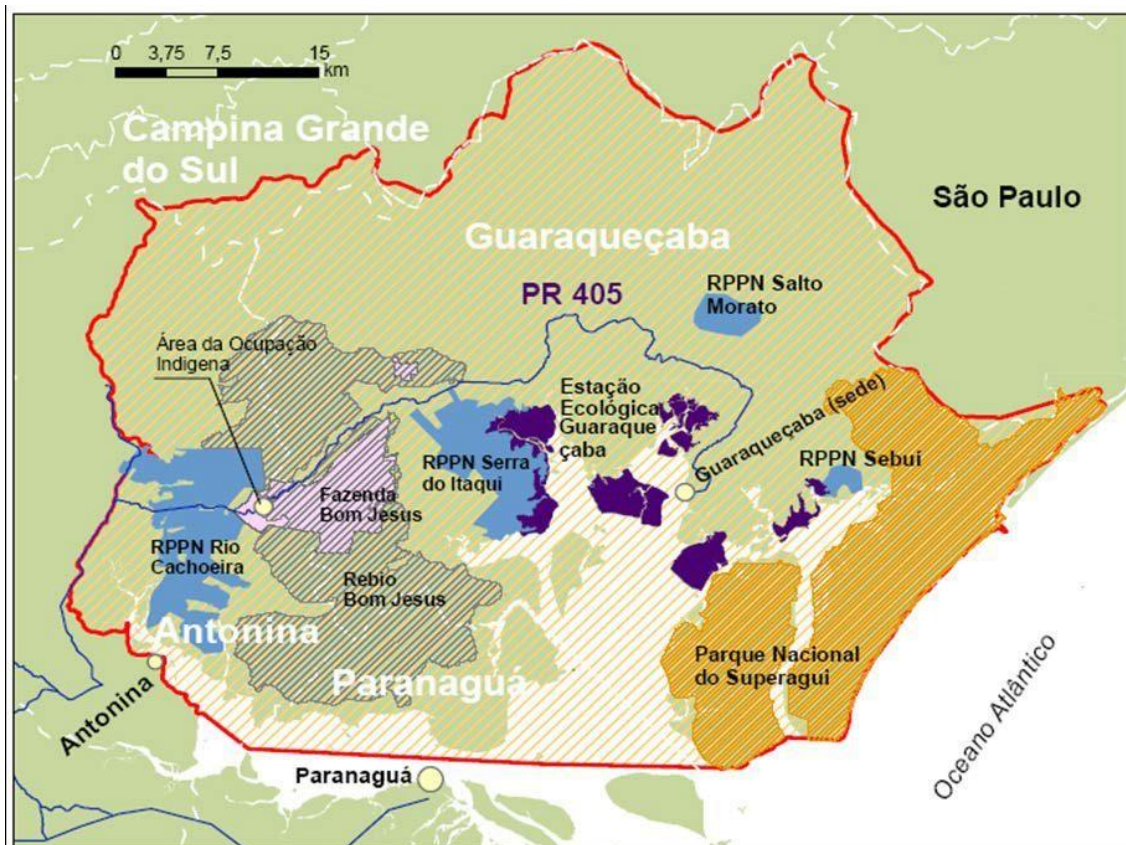
Retornando à Aleksiévitich (2013), adoto como inspiração para essa pesquisa uma estratégia também usada pela autora para revelar a presença de mulheres em universos tomados como exclusivamente masculinos: narrar o cotidiano das pessoas a partir dos relatos sobre as práticas de sujeitos anteriormente não entrevistados em outras pesquisas. Em especial dar ênfase ao relato das mulheres e das suas práticas para, em conexão com os demais sujeitos dessa sociedade, tecer uma narrativa parcial da construção do social-natural para esse grupo. Tudo isso considerando que as relações de gênero são fundamentais para a construção tanto do conhecimento simétrico quanto dos movimentos entre as pessoas e as coisas a fim de promover a construção social dos significados do social e do natural (Strathern, 2006). De Ingold (2015), capturamos o

reconhecimento da contribuição de que é no trilhar no devir que encontramos o que estava acontecendo em Guaraqueçaba naquele tempo e espaço.

Há registros históricos segundo os quais a população de Guaraqueçaba viveu da pesca, da caça e da roça até a primeira metade da década de 1990 (Macedo, 2008). Na narrativa dos pescadores homens, das mulheres e de seus familiares é possível constatar as transformações que ocorrem ao longo das décadas nesse espaço social-natural. De todas as atividades econômicas praticadas pelos seus ancestrais, a pesca é a principal atividade que se manteve mais estável e presente nas famílias que mantêm as práticas tradicionais de sobrevivência.

Em minha estadia em Guaraqueçaba, por um período de quase três meses (Entre os meses de novembro de 2017 e fevereiro de 2018) fiquei hospedada em uma residência localizada no bairro conhecido como Costão. Esse bairro se expande à beira mar por todo o seu perímetro de extensão. Ali fiz os primeiros contatos com os pescadores e suas famílias, interlocutores das narrativas aqui apresentadas. Devido à localização do costão ser de fácil acesso ao mar, eles me contaram que seus ancestrais se estabeleceram naquela região para desenvolver atividades pesqueiras.

Figura 20 – Mapa de Guaraqueçaba



Fonte: Guedes, 2015.

Desde os meus primeiros dias de estadia no Costão, as narrativas que ouvi foram desenhando e reforçando as diferenças entre dois grupos de pescadores e suas famílias: os que vivem exclusivamente da pesca e os que intercalam a pesca com outras atividades econômicas. As primeiras conversas aconteceram na rua e na beira mar. Ao ouvirem minhas explicações acerca do que estudava, meus interlocutores definiram minha pesquisa como um estudo sobre a pesca. Nesses diálogos pude conhecer, inicialmente, diversos pescadores e, posteriormente, suas respectivas famílias.

Os pescadores que estabeleci contato foram pessoas que pescam apenas em horas livres, ou pescadores que não mantêm a pesca como principal atividade

econômica. Esses sujeitos, ajudaram-me a encontrar outros pescadores que são considerados por eles como “mais experientes nas técnicas da pesca”. Curiosamente, as pessoas “mais experientes” que me foram indicadas naquele momento eram as mesmas que também concediam entrevistas para programas televisivos e outras pesquisas acadêmicas de diversas áreas do conhecimento. Como se aqueles pescadores representassem, em alguma medida, a “voz pública” da comunidade sobre o que seria viver da pesca.

Porém, logo após o retorno da primeira incursão a campo, ao analisar meu diário de campo, minhas anotações e as longas entrevistas que fiz, constatei que aquelas narrativas que me foram oferecidas articulavam um mesmo conteúdo, a saber: o caráter “tradicional” da pesca. É difícil saber até que ponto aqueles pescadores eram “mais experientes” na prática da pesca ou na comunicação pública de uma ideia de pesca a ser divulgada para turistas e forasteiros.

De qualquer modo, meus interlocutores sempre se mostraram surpreendidos quando dizia que gostaria de acompanhá-los em suas atividades para observar o modo como pescavam e tudo o que aquela atividade implicava. Quando tentava me deslocar do plano do discurso narrado para o das práticas materiais que configuram a pesca em Guaraqueçaba, sempre percebia o forte estranhamento gerado. Todavia, foi a partir desse estranhamento que adquiri uma outra posição naquele universo social; passei a ser enxergada como uma “pesquisadora diferente”, uma pesquisadora que não só desejava escrever sobre a pesca, mas também vivenciá-la – algo que despertou curiosidades iniciais e facilitou meu acesso ao cotidiano de inúmeros pescadores.

Um pescador com quem estabeleci intenso contato trabalha na pesca desde os 14 anos de idade, tendo, atualmente, mais de 50 anos de experiência. A pesca está em sua família desde o tempo do seu avô. Nos últimos 30 anos, concilia a atividade da pesca

com o turismo. É um pescador conhecido no município e muitas pessoas vão até Guaraqueçaba entrevistá-lo. Porém, em nossa conversa relatou-me, não sem deixar-me incomodada, que os resultados das pesquisas acadêmicas não retornam para a população local. Sendo assim, os pescadores entrevistados para outros estudos são cuidadosos com as suas afirmações, pois não encontram resultados que os beneficiem. Fiquei sabendo, assim, que em muitos momentos da história local os moradores já foram afetados por essas entrevistas realizadas por órgãos ambientais, com objetivo de intensificar as fiscalizações sobre a pesca e suas práticas ancestrais.

Como meu primeiro entrevistado vive da pesca e do turismo, sua casa recebe durante o ano pessoas interessadas na pesca esportiva. Com isso, sua renda é constituída pela pesca diária e pela pesca como atividade turística. Com o intuito de observar suas práticas socialmente reconhecidas, pedi para acompanhá-lo em sua rotina diária de pesca. No dia marcado, sairíamos ainda de madrugada, prática comum dos pescadores que vivem exclusivamente da pesca – sair e voltar do mar em vários períodos do dia. Naquele dia houve uma chuva forte durante algumas horas e na hora marcada o clima chuvoso não permitiu que eu chegasse a casa dele. Da janela da casa pude ver seu barco avançando no mar. A partir daquele momento percebi que, com chuva ou sol, os pescadores que vivem exclusivamente da pesca saem para pescar.

Guaraqueçaba constantemente convive com dias chuvosos, mas os pescadores não param suas rotinas devido ao clima ou aos revezes da natureza. Retornei mais tarde à casa desse pescador depois que a chuva acalmou. Depois disso, tentamos inúmeras vezes marcar um novo dia para eu acompanhá-lo na pesca, sem sucesso. Percebi, então, em minhas várias tentativas fracassadas, que a esposa do pescador, de certa maneira se incomodava com a minha presença. Sempre recebia dela a informação de que o pescador não estava em casa e não vieram dela novos convites para entrar em sua casa.

Em minha primeira estadia em campo, durante minhas caminhadas diárias e nas conversas com os pescadores, recebi poucos convites para adentrar as casas. Em geral, as mulheres, esposas dos pescadores, mantinham certo distanciamento em relação a mim e também me olhavam com desconfiança. Somente adentrei a primeira casa de um pescador quando estabeleci contato direto com sua esposa. Isso me fez perceber como, intensamente, a casa é um lugar feminino e as relações sociais e a pesca são transpassadas pela presença das mulheres e transbordam do mar para os lares (Escobar, 2005).

Conheci a mulher que fez o convite para adentrar sua casa através de alguns parentes próximos dela. Ela faz parte de uma das famílias que vivem exclusivamente da pesca. Passei alguns dias tentando conversar com seu marido, que por sinal, tinha algumas desconfianças sobre o que, de fato, eu estava estudando. Desconfiavam que eu fosse uma funcionária do ICMBio ou do IBAMA que estava ali para recolher informações sobre suas práticas da pesca. Esse casal de pescadores, Pedro e Sara, são pais de quatro filhos. O primeiro membro da família a chegar a Guaraqueçaba foi o bisavô de Sara, que trabalhava com a pesca e com a roça. Sara, desde muito jovem, ainda na casa do pai já participava das atividades da pesca.

A divisão social do trabalho, entre homens e mulheres durante muitas décadas ocorreu a partir da organização dessa atividade ancestral: a pesca. Os homens, naquela época – antes da década de 1990 –, desde jovens eram incentivados pelo pai a trabalharem com a pesca e as mulheres a cuidarem da casa e se dedicarem à limpeza dos peixes. Essa divisão se estendia até o casamento, quando casavam as mulheres passavam a acompanhar o marido no mar. Ao mesmo tempo, mantinham as práticas da limpeza do pescado.

Os primeiros passos em um território desconhecido se tornam como uma visita longa a uma selva desconhecida. Mesmo com bagagem teórica, leituras afiadas e contínuos ensinamentos, como se costuma dizer: “na prática as coisas não acontecem bem dessa maneira”. Se na selva não sabemos onde pisar, como agir, qual o melhor caminho, como treinar os olhos e os ouvidos para conseguir nos locomover com destreza, no campo de pesquisa vivenciamos algo bem similar. A bagagem teórica nos orienta, mas as estratégias mais adequadas são descobertas e estabelecidas na prática e na convivência com o outro.

Para aquele grupo, as relações sociais entre as pessoas são construídas a partir dos seus familiares e das familiaridades. A presença de uma “estranha” entre eles, como eu, gerou inquietudes e (des) familiaridades. O problema se acentuava porque minha presença e minhas perguntas se davam em um contexto onde muitos pescadores e seus familiares já tinham sido entrevistados inúmeras vezes para recenseamento, atualização de cadastro de pesca e obtenção de informações acerca de questões relacionadas à pesca. As informações que eles disponibilizaram resultaram, na maioria das vezes, em reforço da fiscalização e prejuízo às suas práticas da pesca e às práticas culturais ancestrais. O impasse do estranhamento foi resolvido a partir dos contatos diários e do estabelecimento de uma relação de confiança.

Além da presença constante do mar, algo bem familiar para a população local é a convivência com as diversas manifestações da natureza, entre elas, estão às constantes chuvas que deságuam no município. Desde os primeiros dias em campo, a chuva foi minha companheira. As chuvas se estendiam por todo o dia e, às vezes, à noite também. De longe, do alto da casa onde morei, era possível observar que a chuva também era companheira dos pescadores. Seus barcos saíam para a pesca, mesmo nos dias chuvosos.

Em dias ensolarados, minhas conversas ocorriam nas ruas e à beira mar, mas nos dias de chuva passei a me perguntar: como conseguiria conversar com os pescadores? Decidi, então, fazer pequenas caminhadas nas pausas entre os períodos de chuva. Na segunda feira, 20 de novembro de 2017, o dia amanheceu com uma chuva fina, as ruas estavam calmas, parecia-se com aqueles dias de feriado nas grandes cidades. Observei que alguns moradores se deslocavam para as suas casas, para a vila, executando suas atividades cotidianas. As mulheres da vizinhança lavavam roupas e estendiam-nas nas varandas de suas casas, conversavam comigo sobre a chuva e reclamavam que as roupas não iriam secar. No mar, lá estavam os pescadores, com seus pequenos barcos, sem proteção contra o tempo, jogando suas redes para pescar.

Naquele dia fiquei parada na rua à beira mar durante um bom tempo e lá me recordei dos primeiros dias que passei na cidade. Lembrei-me da visita que fiz à Reserva do Patrimônio Particular do Boticário (RPPB) e da conversa que tive com uma funcionária pública da cidade. A técnica do Boticário e a funcionária pública vivem e convivem no mesmo espaço territorial que os pescadores e suas famílias, mas com olhares muito diferentes entre si mesmas, sobre a natureza e a sociedade. Suas narrativas são marcadas pelo vislumbre de verem Guaraqueçaba em outro patamar econômico, ou seja, em ascensão.

A não dependência da natureza e dos seus ciclos para a sobrevivência é determinante para a construção de seus discursos. A técnica do Boticário só reside em Guaraqueçaba por causa da Reserva localizada no município, ou seja, por conta da ampla natureza, reconhecida como espaço e território, mas não reconhecida como lugar (Escobar, 2005). A funcionária pública, apesar de reconhecer a importância da natureza para a população de Guaraqueçaba, acredita na possibilidade de transformação das práticas culturais para que ocorra uma “evolução” do turismo na região. A técnica e a

funcionária pública construíram suas narrativas sobre as relações sociais e as de trabalho a partir da relação de distanciamento entre o social e o natural.

O caso dos pescadores é distinto. Suas narrativas são construídas a partir de um outro lugar, que, por sua vez, constitui um outro lugar no mundo e um outro ponto de vista sobre o mundo (Escobar, 2005), da proximidade com o mato, com o mar e com a terra, ou seja, de um lugar onde o social e o natural não são separados por uma fronteira rígida, mas misturam-se formando o espaço e as pessoas (Escobar, 2005). Seus ancestrais viveram e dependeram da natureza durante muitas décadas para sobreviver e, ainda hoje, quem vive em Guaraqueçaba depende da natureza para sobreviver. É através da pesca que eles reproduzem seu modo de vida e obtém a alimentação de seus familiares, constroem suas casas, trocam de barco e chegam até a aposentadoria.

Foi a partir das relações com a natureza que essas pessoas passaram a vida encontrando maneiras de adaptação e de sobrevivência nos períodos de mudança e de transformação. Produziram formas de conviver com as leis de controle ambiental que estabeleceram novas maneiras e práticas de convivência com a natureza, tornando, por vezes, o lugar que apresenta uma grandiosa arquitetura – que não é produzida exclusivamente pelos homens – um lugar penoso para se viver e sobreviver (Escobar, 2005).

A população local não criou Guaraqueçaba com as amplitudes de natureza que encontramos naquela região, ao contrário, ao longo do tempo a população encontrou maneiras para convivência e conciliação com o espaço e, com isso estabeleceram formas de sobrevivência a partir do uso dos recursos naturais. Os humanos não habitantes de Guaraqueçaba, externos a esse universo e que compõem os chamado Estado ou os órgãos do Estado, são responsáveis pela criação de parâmetros que

estabeleceram um cerco territorial chamado Área de Proteção Ambiental (APA)¹⁰. Juntamente com a Área de Proteção Ambiental (APA) vieram as proibições e as restrições ao uso dos recursos naturais, implantadas a partir da intensa fiscalização de agentes da polícia florestal, do IBAMA e do ICMbio.

Sobreviver à implantação da APA e continuar vivendo de suas práticas ancestrais, como a pesca, exigiu dos pescadores e de seus familiares novas maneiras de sobrevivência. Um constante devir de construções de modos e meios de se relacionar com as restrições e proibições, estabelecendo práticas de conciliação e resistência para a manutenção de seu modo de vida. Os cercos do mar e da terra em Guaraqueçaba são uma construção dos humanos externos a Guaraqueçaba amparados nos decretos e rigores do Estado, tendo como fundamento principal de seu discurso a ideia de preservação ambiental. Acontece que a implantação da APA ocorreu no final da década de 1980, há aproximadamente 34 anos. Dessa maneira, torna-se perceptível que a preservação ambiental do lugar (Escobar, 2005) de Guaraqueçaba não pode ser delegada à presença do Estado. Em outro sentido, as dificuldades atuais enfrentadas pelos pescadores e seus familiares para viver exclusivamente da pesca e das práticas ancestrais podem, sim, ser atribuídas às ações do Estado e de seus agentes.

O conhecimento nativo das técnicas da pesca e as adaptações às limitações impostas pelo Estado permitiram a construção e o estabelecimento de novas práticas

¹⁰ A lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, estabeleceu os critérios para a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental no Brasil. Desde então foram criadas no Brasil 288 unidades de conservação federal, dentre essas a APA de Guaraqueçaba é uma das mais antigas do país, foi criada através do Decreto Federal nº 90.883/85 em 1985, e possui uma área de 314 mil hectares (Macedo, 2008, p.16). Em seu interior abarca “outras Unidades de Conservação: uma APA de jurisdição estadual, a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, o Parque Nacional de Superaguí e duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN do Salto Morato (Fundação O Boticário de Proteção à Natureza) e RPPN do Sebuí” (Macedo, 2004, p.95).

para o uso dos recursos naturais, como consequência das proibições relativas ao uso da terra e das rigorosas novas normas definidas para a pesca. A pesca, a partir das mudanças advindas da ação dos humanos externos à Guaraqueçaba, tornou-se penosa para os pescadores e seus familiares. Muitos pescadores viram-se obrigados a mudar de profissão e ocupar novos cargos no município. Aos poucos, muitos pescadores tornaram-se pedreiros, construtores e funcionários do comércio da cidade. A pesca tem um papel fundamental nas relações sociais das pessoas dessa localidade, ela é responsável por tecer um emaranhado de relações, a partir dela as pessoas realizam trocas, jantares, encontros festivos e o principal, a sobrevivência familiar e de uma prática ancestral. Sendo assim, ausentar-se das atividades pesqueiras ou participar delas apenas parcialmente corresponde, também, a alijar-se totalmente ou parcialmente das relações sociais.

A pesca, a partir da legislação e da maioria das pesquisas realizadas sobre o tema, é definida como uma atividade masculina. O que Guaraqueçaba demonstrou ao longo da pesquisa é que a pesca está para além dessas definições masculinizadas. A pesca é uma atividade ancestral que ao ser restritamente definida como o ato de jogar a rede na água e recolher os animais apreendidos, torna-se limitadora no seu alcance de explicação sobre a vida dessa população. A prática da pesca envolve outros sujeitos além do homem pescador. A pesca é uma atividade que envolve homens e mulheres. As mulheres, desde o passado, foram responsáveis pela limpeza dos pescados. Mas, durante meu trabalho de campo, acompanhando a rotina dos pescadores e de suas famílias, observei que as mulheres possuem um papel nessa sociedade que sobrepassa somente a limpeza dos pescados. As mulheres são determinantes para que a pesca se realize e adquira significados diversos.

No decorrer do longo processo de construção do tempo e do espaço em Guaraqueçaba, homens e mulheres estabeleceram lugares sociais (Escobar, 2005) e papéis em relação às atividades de trabalho. A prática de jogar as redes ficou por conta dos homens e a casa com suas amplitudes, um lugar de domínio das mulheres. As mulheres, apesar de não serem inclusas nas definições estatais ou locais sobre a prática da pesca, participam ativamente dessa atividade. A limpeza dos peixes, a preparação dos alimentos, a lavagem das roupas e o cuidado com os filhos acontecem no espaço da casa. A casa é uma extensão das atividades da pesca, sendo fundamental para a realização desta. Podemos afirmar que a pesca começa na casa, com a preparação das redes, das tarrafas, das roupas e dos pescadores, incluindo desde o início a participação das mulheres, que estão diretamente envolvidas na preparação dos alimentos, das roupas e da organização da vida para que o homem possa sair de casa para pescar. O meio – se assim podemos dizer – é a pesca no mar, o jogar as redes e capturar os peixes, e o resultado final da pesca retorna para a casa. Ali os peixes serão preparados para serem consumidos ou comercializados no município.

As concepções e construções do lugar no espaço e no tempo – social e natural – também são construídas de formas diferentes por homens e por mulheres (Escobar, 2005). Os homens expressam, em suas narrativas, uma forte relação de pertencimento com o lugar. As falas conectam suas vidas numa relação que mistura o social e o natural, mediada por percepções de que aquele lugar tem “*algo especial*” em suas vidas. Eles não pretendem mudar o lugar, nem abandonar o espaço de Guaraqueçaba. Esse tipo de pertencimento está, por sua vez, fortemente vinculado às relações sociais estabelecidas ao longo do tempo, desde os seus antepassados. Os homens pescadores acionam recorrentemente o princípio segundo o qual, mesmo com as dificuldades advindas das proibições e das restrições da legislação em relação ao uso dos recursos naturais e sobre

a atividade da pesca, é preferível realizar outras atividades intercaladas com a pesca ao invés de mudar de Guaraqueçaba. Consonante a esse sentimento de permanência, os homens manifestam interesse de que seus filhos aprendam as técnicas da pesca.

As mulheres por outro lado, também vêem as mudanças, mas possuem uma relação de pertencimento diferente com o lugar (Escobar, 2005). No tempo e no espaço encontraram formas de resistir às intempéries advindas das restrições e proibições. Participam ativamente da pesca e em muitos casos também ocupam outros cargos. Mas, diferentemente dos homens, possuem uma narrativa que não é embasada no pertencimento ancestral. Sabem das dificuldades e resistem, permanecendo na atividade da pesca, mas trabalhando para que seus filhos tenham novas perspectivas. Almejam que seus filhos estudem fora de Guaraqueçaba e tenham outras profissões, já que consideram que a profissão de pescador está atrelada a enormes dificuldades de sobrevivência. Ao menos foi isso o que compreendi a partir do relato de todas as mulheres com quem conversei durante esta pesquisa: um esforço constante para que seus filhos possuam outras profissões e pesquem apenas nas horas de folga. O que se materializa atualmente em uma percepção socialmente compartilhada por mulheres e filhos de pescadores de que não haveria “futuro” na pesca.

A desvalorização da prática da pesca enquanto atividade familiar prioritária está relacionada com o modo pelo qual as transformações no modo de vida tradicional são percebidas e significadas – o que modifica não apenas os projetos e os desejos familiares, mas altera também a própria compreensão da vida em Guaraqueçaba. As técnicas da pesca consideradas tradicionais foram transformadas e incorporaram novas técnicas para a captura dos peixes. Do ponto de vista do desenvolvimento moderno, expressado para mim, por exemplo, por funcionários da reserva do Boticário, o rompimento com modos de vida tradicionais seria necessário, pois a população estaria

“*parada no tempo*”. Duas de minhas interlocutoras chegaram a afirmar inclusive que “*os pescadores e suas famílias não têm visão de empreendedores*”. O olhar de um técnico ambiental ou de pessoas que viveram em espaços urbanos, mais subsumidos às lógicas globalizantes, onde o tempo é ditado pelas lógicas do capitalismo, encontram dificuldades para lidar com práticas culturais distintas das suas as quais, por sua vez, produzem outras temporalidades e espacialidades (Escobar, 2005).

Do ponto de vista da população pesqueira de Guaraqueçaba, as práticas sociais atualmente adotadas não são tradicionais e ao mesmo tempo não são modernas. São modos de agir que os pescadores e seus familiares puderam produzir ao longo de suas vidas, marcados por transformações e adaptações às mudanças societárias, políticas, legislativas, econômicas e ambientais que incidiram sobre o lugar (Escobar, 2005) que ocupam. Essas mudanças na organização da vida modificaram também a divisão social do trabalho em torno da pesca. Atualmente as famílias não ensinam as técnicas da pesca para seus filhos desde jovens – com poucas exceções – e a lógica da inserção da mulher na pesca a partir do casamento também foi modificada. Os jovens de Guaraqueçaba não vivem mais essa lógica do trabalho e do casamento em suas vidas, a partir da prática da pesca. Já os pais desses jovens viveram essa realidade e suas narrativas são carregadas de histórias sobre suas vivências.

O caso de Sara, uma de minhas principais interlocutoras ao longo desta pesquisa, é diferente tanto dos padrões tidos como tradicionais quanto dos modernos na divisão social do trabalho do grupo. Sara, desde jovem, acompanhava seu pai na pesca e na roça. Seus irmãos não eram “*familiarizados*” com a atividade da pesca, sendo ela a responsável por ajudar o pai na pesca e mãe na casa com o preparo dos pescados e nas demais atividades. Ao casar com Pedro, Sara estabeleceu com o marido uma rotina diária de pesca que é mantida até os dias atuais. Nas longas conversas que tive com Sara

durante vários dias, ouvi seus relatos sobre como é viver da pesca ao longo de toda a sua vida em Guaraqueçaba. Os quatro filhos (as) foram “*criados*” a partir da renda da pesca. A ampliação da casa e as trocas de barcos também foram adquiridas dessa renda. Por toda a vida, até o presente, o casal teve a pesca como principal fonte de renda.

Sara e Pedro, diferentemente da maioria das famílias de pescadores, vivem da renda decorrente exclusivamente do trabalho da pesca. Suas falas são marcadas pela retórica do passado e do presente, lembrando os tempos em que a pesca em Guaraqueçaba era abundante. Diferente dos tempos atuais: “*O mar não é mais o mesmo*”.

Essa mudança no mar é algo acionado pelos pescadores recorrentemente. Seguindo os movimentos de falas e de práticas dos pescadores, é possível observar essa mudança identificada pelos sujeitos. A pesca nos tempos dos avôs dessas famílias e de seus bisavôs foi marcada por abundância, que a muito não se vê em Guaraqueçaba. Dois fatores causados pelos humanos externos a Guaraqueçaba foram determinantes para a ocorrência desses fenômenos. Um deles seria a ação do Estado, com a criação da APA de Guaraqueçaba, que implicou em amplas restrições e proibições. O outro seria a explosão de um navio no ano de 2001, que resultou em um amplo impacto ao mar. A construção da APA juntamente com o chamado “*desastre de 2001*” mudou os rumos da pesca, desencadeando processos de constantes devires nessa sociedade.

O desastre de 2001, segundo o pescador seu Dourado, determinou um novo ciclo do que seria a pesca em Guaraqueçaba. “*O mar nunca mais foi o mesmo. Antes nós pescávamos muito, peixes grandes. Depois as coisas mudaram, não temos mais peixes daquele tamanho*”. A explosão foi devastadora para os pescadores, que ficaram em torno de um ano com a proibição de não poderem pescar. Mesmo após a liberação da pesca, muitas pessoas aferiam desconfiança sobre o pescado, com medo de

contaminação dos peixes por conta do óleo no mar. *“Tempos difíceis, nós pescávamos, mas o peixe ficava ali, ninguém comprava, ninguém queria. Eu levava o peixe vivo para as pessoas, mostrava que estavam bons, mas ninguém queria. No mar, na costa, os peixes mortos se amontoavam, era um fedor que ninguém agüentava, tinha até boto morto, foi horrível”*. Os pescadores, em geral, narram que esse desastre resultou em uma indenização. Seu Dourado me relatou sobre os problemas com as indenizações, ele disse que recebeu apenas uma parte, recentemente, mas que a estimativa era que o pessoal receberia entre 80 a 150 mil reais, *“isso nunca aconteceu”*, ninguém recebeu esse valor. Para agravar a situação, as famílias de pescadores em sua maioria, boa parte não recebeu a indenização. Mas por outro lado, as famílias que não eram de pescadores receberam.

Há pescadores que até os dias de hoje não receberam. Sara, descreveu que a família dela montou o processo com uma advogada que foi presa por receber as indenizações, mas não repassar para os pescadores. Até os dias de hoje os pescadores estão com ações na justiça para receber esses valores. *“As famílias que receberam muitas vezes não eram pescadores, mas tiveram condições de contratar um bom advogado”*. Já os pescadores, muitas vezes por falta de verbas para contratar um advogado, entraram com ações coletivas e hoje o processo está parado e até mesmo fora do sistema. Há esperança dos pescadores em receber a indenização, para pagarem algumas dívidas adquiridas devido à falta da renda da pesca, a fabricação de redes, a troca dos barcos, e ainda, alguns almejam terminar de construir sua casa e comprarem alguns equipamentos de pesca. Trata-se de serem ressarcidos dos prejuízos que tiveram ao longo do ano do desastre e que reflete até hoje nas mudanças no mar e nas suas vidas cotidianas.

A pesca é uma atividade ancestral, que conecta homens e mulheres, sobrevivendo no tempo e no espaço através de resistências e de transformação para o estabelecimento de novos modos de vida que concilia passado e presente. As pessoas, as relações sociais e a casa dos pescadores têm narrativas que transbordam a partir da pesca. Nesse emaranhado de relações entre homens e mulheres no espaço social-natural estão à presença das adaptações para a sobrevivência. A luta pela manutenção da prática da pesca e a transformação da nova geração. Porém, mesmo que os jovens, filhos de pescadores, não tenham como profissão a pesca, ela continua permanecendo em suas vidas, mesmo como atividade de horas livres, resistindo no tempo e no espaço, ultrapassando as barreiras externas impostas pela legislação ao mar e a terra de Guaraqueçaba e a sua população.

CAPÍTULO 4: A pesca nas ilhas

A realidade da pesca nas Ilhas¹¹ de Guaraqueçaba difere da que encontramos na sede do município. Das vinte ilhas relatadas pelos pescadores, visitei apenas cinco delas. Algumas possuem poucas famílias, chegando a ter apenas três casas. De acordo

¹¹ Ilhas de Guaraqueçaba de acordo com relatos dos pescadores: Tromomo, Ilha Rasa, Almeida, Ponta do Lanço, Mariana, Medeiros, Taconduva, Massarapoan, Guapicu, Tibicanga, Puruquara, Bertioga, Ilha das Peças, Superagui, Barbado, Canudal, Sebui, Vila Fátima, Rio dos Patos, Abacatero. Dessas vinte ilhas, entrevistei pescadores de duas ilhas. Algumas delas, como a Ilha Medeiros, possuem poucas famílias. As famílias das ilhas vivem quase que exclusivamente da pesca.

com os pescadores que me acompanharam nessas viagens, o motivo das ilhas atualmente possuírem poucas famílias, repousa na busca de novas oportunidades nos centros urbanos. As famílias ao longo dos anos mudaram-se para a cidade em busca de novas oportunidades, e os que permaneceram em sua maioria vivem quase que exclusivamente da pesca.

O objetivo desse capítulo repousa na tentativa de demonstrar a partir do campo de Guaraqueçaba as amplas realidades, faces e lugares da pesca nesse município com tantas riquezas naturais e sociais. Apesar dessas riquezas, as dificuldades da população em viver da pesca são amplas, modificando o cenário das ilhas, resultando em uma ampla migração forçada, por não conseguirem sobreviver das suas práticas. As ilhas de Guaraqueçaba fazem parte do nosso amplo campo de pesquisa e, ao mesmo tempo, demonstram os paradoxos de se viver da pesca a partir da criação da APA de Guaraqueçaba, que resultou no estabelecimento de regras e proibições que afetaram diretamente os modos de vida, as práticas culturais e a sobrevivência da população a partir da pesca.

A escolha da Ilha de Tibicanga e da Barra do Superagui se justifica pelas suas características. A Ilha de Tibicanga é uma das maiores de Guaraqueçaba, possuindo em torno de 50 famílias que vivem da pesca. Essa ilha utiliza os serviços das instituições da sede do município, ou seja, possui uma relação de proximidade e dependência com a sede. Um pescador da ilha resumiu a relação com a sede do município: *“Em Guaraqueçaba. Ali é o meio de tudo. Pra fazer compra, compra roupa, médico. Tudo que a gente precisa, vamos lá. As vezes a gente precisa de algo, vamos lá. Até que Guaraqueçaba pra nós é bom, na questão de médico. Porque a vida que a gente vê nos jornais, é muito sofrimento a vida das pessoas. Pra nós aqui até que não, a gente vai ali”*. O relato do pescador demonstra como a sede do município de Guaraqueçaba é

importante para a população das ilhas mais próximas. Devido à precariedade dos serviços públicos nas ilhas, as famílias das ilhas recorrem à sede de Guaraqueçaba ou à Paranaguá, dependendo do que se encontra mais próximo. Nesse caso, a escolha da Ilha de Tibicanga se apresenta pela população da ilha utilizar os serviços da sede do município e ter uma relação de dependência e proximidade com ela.

Já a Barra do Superagui é a maior ilha de Guaraqueçaba e os pescadores e seus familiares vivem da pesca em alto mar. Apesar da pesca ser em alto mar, ou seja, em maiores quantidades, encontramos realidades que se aproximam e se distanciam bastante da sede do município e com as demais ilhas. Essa ilha possui um tipo de trabalho desenvolvido por grupos de mulheres que não encontramos nas demais ilhas e na sede. Por isso, as práticas e os relatos da população dessa ilha são de grande contribuição para compreendermos com maior alcance o natural e o social quando se trata de homens e mulheres nas práticas da pesca.

Ilha de Tibicanga

No dia 23 de dezembro de 2017, conheci a Ilha de Tibicanga, mais conhecida como Vila dos Pescadores de Tibicanga. Juntamente com alguns pescadores e com Branca, esposa de um pescador em horas livres. Branca, organizou uma ação coletiva para distribuir brinquedos e alimentos para as crianças e familiares dessa ilha. Participei com Branca da organização e da ação na ilha. Após isso, Branca me levou para conhecer alguns pescadores da ilha e seus familiares.

Figura 21 – Ilha de Tibicanga: barco dos pescadores



Fonte: Mello, 2017.

Figura 22 – Vila de pescadores de Tibicanga



Fonte: Mello, 2017.

Figura 23 – Criação de Ostras em Tibicanga



Fonte: Mello, 2017.

Figura 24 – Embarcações dos pescadores em Tibicanga



Fonte: Mello, 2017.

Figura 25 – Ruas na Ilha de Tibicanga



Fonte: Mello, 2017.

Tibicanga é uma vila de pescadores onde as famílias vivem quase que exclusivamente da pesca e da criação de ostras. Essas famílias têm uma relação de grande proximidade com Guaraqueçaba e as instituições da sede. Por conta de a ilha ser pequena, é necessário se locomover até a sede para fazer compras, ir ao médico, na escola estadual e demais atividades. Nessa comunidade tanto os homens como as mulheres trabalham na pesca e na criação de ostras. Há um pequeno comércio na cidade, uma escola municipal e uma agência do correio. Poucas pessoas ocupam outros cargos desvinculados da pesca.

Figura 26 – Agência dos correios em Tibicanga



Fonte: Mello, 2017.

Na ilha conversei com algumas famílias que vivem da pesca, entre eles o pescador Fernão, sua narrativa nos ajudou a compreender a pesca e a sobrevivência nas

ilhas menores formadas por pescadores. Esse pescador pesca desde os 11 anos de idade, e para ele com o passar do tempo, as regras decorrentes da APA foram intensificando as dificuldades para viver somente da pesca. De acordo com Fernão essas leis são criadas com grandes incompatibilidades em relação à população, *“Eles impõem essas leis, porque não querem que a gente fique aqui. Não querem. A meta deles é tirar a gente daqui. Ai o pessoal vai tudo para Paranaguá, para cidade grande. Ai chega lá uma pessoa semi-analfabeta, como a gente, que só tem até a quarta do primário. Que empresa que vai pega? Não é conversado nada com os pescador, impõem as leis que não dá capacidade pra gente viver. Não tem como. Agora eles fazem a lei entre eles lá, se fecham lá, no grupinho deles e depois eles impõem”*. O relato do pescador nos demonstra a falta de comunicação dos órgãos do Estado com os pescadores no momento da criação e elaboração das regras e proibições, que acabam por inviabilizar as práticas de quem vive exclusivamente da pesca nas ilhas.

Nas ilhas, quando o assunto é pesca, encontramos uma realidade distinta da sede do município de Guaraqueçaba, mas que em muitos momentos se aproximam nas descrições dos modos de vida. Os pescadores vivem realidades bem próximas ou com maior intensificação das dificuldades. Essa intensificação repousa no fato do lugar que as ilhas estão localizadas. Existem pouquíssimas atividades que podem ser intercaladas com a pesca e, também, as dificuldades de locomoção até a sede do município. O lugar implica significativamente na manutenção das práticas da pesca e no desenvolvimento de atividades ligadas a sobrevivência, como, por exemplo, o caso das plantações, da roça. Porém, quando as proibições e as restrições definem um novo modo de vida – como, por exemplo, o fim da roça e das plantações – as práticas dos pescadores são modificadas, resultando em novas maneiras de sobreviver e resistir às amplas imposições existentes naquela localidade, devido às ações do Estado.

Os pescadores e seus familiares vivem na Ilha de Tibicanga há muitas décadas¹², Fernão relatou que sua família está lá desde a chegada dos seus avôs e sua mãe se criou na ilha, tendo atualmente mais de 80 anos de idade. Ele tem como principal atividade a pesca, intercalando essa atividade com a venda de pães em uma pequena vendinha na ilha. No período do verão a pesca é boa, *“porque aparece os peixe tudo”*, mas nos outros períodos do ano a pesca é uma atividade com grandes dificuldades. A renda dos pescadores não é fixa, *“Olha pescador geralmente ele não tem uma renda assim. Tem mês que ele tira, tira um salário, tem mês que não tira para nada”*. A instabilidade na renda do pescador e de seus familiares em determinados meses chega a comportamentos que poderiam ser considerados drásticos, *“daí tem que se virar. A questão da sobrevivência tem que diminuir. Tem que diminuir a alimentação e tudo, e tem que manter”*.

Na Ilha de Tibicanga – e nas demais que conheci por relatos dos pescadores e seus familiares – é comum a mulher participar ativamente na pesca com o marido. Indo para o mar jogar as redes, trabalhando na criação de ostras, limpando os pescados e vendendo-os. Devido às circunstâncias, com poucos cargos além da pesca, as mulheres lutam e resistem constantemente para a sobrevivência dos seus grupos familiares. Convivendo com as mudanças e as dificuldades da pesca, os familiares incentivam a mudança dos filhos para uma cidade, a fim de que consigam estudar e ter uma profissão. O filho de Fernão saiu da ilha para estudar, hoje trabalha em um cargo de serviço geral na cidade, mas está concluindo um curso superior para se tornar professor. Os pais têm esperança de que seus filhos possam ter outras profissões que não impliquem em tantas dificuldades para sobreviver, como é o caso da pesca.

¹² As informações variam de acordo com o pescador, alguns já estão na ilha a mais de 60 anos.

Para Fernão, viver da pesca na Ilha, um dia, se tornará completamente inviável. *“Não vai dar, porque, as pessoas do meio ambiente não vêem, ai daqui um pouco não tem mais pescador. Não tem nada, vai acabando, porque não conseguem viver. É igual o pessoal da roça, antigamente não tinha, então aqui na comunidade tinha bastante gente que plantava. Dali ele tirava maioria da sobrevivência dele. Mas agora não dá para fazer isso. E vai acabando, porque eu, por exemplo, eu, sei mais ou menos plantar uma roça, mas o meu filho não sabe, porque? Porque eu não passei pra ele. Eu consegui tirar aquilo da minha mãe. Minha mãe me ensinou tudo, que se for para eu fazer uma roça, plantar, eu sei, cuidar. Mas já meu filho não sabe nem pegar um facão”.*

Os modos de vida da população das Ilhas de Guaraqueçaba ao longo do século XXI foram se modificando, chegando ao nível dos pescadores não poderem viver exclusivamente da pesca e seus filhos terem de se mudar para buscar novas profissões, a fim de encontrar a sobrevivência com menor cerceamento de leis e proibições que implicam em uma série de comportamentos e adaptações.

Barra do Superagui

Superagui é uma das ilhas do Paraná visadas para o turismo. Por sua localização e proximidade com a Ilha do Mel, muitos turistas em períodos de férias visitam o local. Superagui não é conhecida apenas pela atividade turística, cientistas de diversas áreas possuem interesse nessa localidade devido Superagui ser um Parque Nacional e contar

com uma repleta conservação de biomas e espécies. Diferentemente de Guaraqueçaba a Barra do Superagui é formada por famílias de pescadores que trabalham com pesca em alto mar.

Figura 27 – Barcos dos pescadores da Barra do Superagui



Fonte: Mello, 2017.

Nessa ilha os pescadores pescam em grande quantidade e vivem exclusivamente da pesca. Habitando esse lugar (Escobar, 2005), a população de Superagui historicamente viveu da pesca, da caça e da roça. Com a criação do Parque Nacional do Superagui e a legislação ambiental, algumas restrições e proibições foram aplicadas, objetivando limitar o acesso aos recursos naturais. Atualmente a população tem como atividade produtiva quase que, exclusivamente, a pesca. A roça não é mais uma atividade desenvolvida pela população da ilha e a caça “*é algo do passado*” como

relatam os moradores. Os pescadores da ilha de Superagui pescam em alto mar, sendo um dos principais pescados o camarão.

Em Superagui fiquei hospedada na pousada de Dona Elza, seu esposo é atravessador. O atravessador é a pessoa que compra os peixes e os frutos do mar dos pescadores e revendem em grande quantidade. Nessa ilha existe um mercado onde os pescadores vendem seus peixes. No dia em que cheguei à pousada, o filho de Dona Elza, pescador, havia acabado de chegar do mar, onde pegou 100 quilos de peixe. A pesca em Superagui, apesar de ser em grande quantidade também é relatada como uma profissão com dificuldades. O peixe pescado é vendido a um preço muito barato. Para exemplificar, no período em que estive na ilha o quilo do camarão estava em torno de R\$ 7,00. Os pescadores acabam vendendo barato o peixe, com preço bem abaixo do que de fato o produto vale, e quem revende os peixes para fora da ilha é que acaba recebendo um valor maior.

O camarão é o fruto do mar bastante pescado e valorizado pelos pescadores em Superagui. Nessa comunidade homens pescadores jogam as redes em alto mar. Logo, após a captura do camarão ele passa por um processo de limpeza, no qual as mulheres assumem essa função fundamental. O camarão ao ser retirado do mar é entrega as mulheres para começar o processo de limpeza, para transformá-lo em mercadoria. Essa atividade é algo tão importante na ilha que existem grupos de mulheres divididas ao longo das ruas da ilha. No período de liberação da pesca do camarão, é muito comum encontrar mulheres reunidas limpando camarão.

Figura 28 – Grupo de mulheres limpando camarão



Fonte: Mello, 2018.

Figura 29 – Mulher sozinha limpando camarão



Fonte: Mello, 2018.

A pesca artesanal nas ilhas que pescam em alto mar foi modificada a partir da dinâmica do capital, da legislação, e das imposições externas diferentes da lógica interna da comunidade e do ciclo de reprodução dos animais no mar. Ocorreu que o Governo Federal através da Portaria nº 74/2001 do Ministério do Meio Ambiente, estabeleceu o período do defeso. Isso na prática representa a criação de um calendário de pesca – períodos em que podem pescar determinadas espécies e períodos de proibições - que sobrepõe o calendário dos pescadores. Por exemplo, o período de liberação da captura do camarão em Superagui ocorre nos períodos de novembro a janeiro, e o período do defeso entre os meses de março a maio, porém isso é algo muito questionado pelos pescadores. Pois de acordo com eles, o período do defeso é onde o camarão estaria com tamanho correto para a captura, e o período de liberação é onde ocorre a reprodução das espécies de camarão, entre outros peixes.

A incongruência desse calendário de pesca, também é encontrada na sede de Guaraqueçaba. As narrativas dos pescadores descrevem o calendário da legislação como distante da realidade da pesca. De acordo com os pescadores os meses no qual ocorre o período do defeso – proibição – da pesca de determinada espécie é o período no qual as espécies estão em tamanho adequado para a captura. Já no período da liberação para pesca é onde os animais estão em período de reprodução ou com tamanho inadequado para captura. Porém, os pescadores não podem seguir os seus calendários de pesca, é necessário seguir o calendário da legislação, obedecendo às regras do Estado, capturando os peixes, exclusivamente, no período da liberação. De acordo com os pescadores essas incongruências a cada ano resultam na diminuição do tamanho dos peixes e do camarão e na diminuição da população de caranguejo.

Assim, a pesca em grande escala, juntamente com a especulação imobiliária e o turismo, vem fazendo com que as populações das ilhas vivam sob constantes processos

de mudanças drásticas no modo de vida tradicional e a incorporação de novas técnicas de pesca e novos modos de vida. Isso também, acarreta graves impactos na população das ilhas em função das restrições e proibições, situação agravada pela presença dos administradores dos parques e representantes dos órgãos ambientais do Estado (Diegues, 1995).

O modo de vida tradicional da população de Superagui é barrado pela inexistência de um plano de manejo. Toda Unidade de Conservação ambiental deve dispor desse plano. As Áreas de Proteção Ambiental são Unidades de Conservação de Uso Sustentável, nessa modalidade o acesso aos recursos por parte da população é permitido, desde que a proteção aos recursos renováveis esteja assegurada. A criação do plano de manejo é importante para estabelecer as normas de acesso e transformações dos recursos naturais por meio do trabalho. Após 24 anos da sua criação, no ano de 2015, houve uma tentativa de elaboração de um plano de manejo, porém sem a participação da população. O plano de manejo elaborado com a participação ampla da população mudaria as perspectivas de vida dos pescadores e de seus familiares.

Na Barra do Superagui vivem em torno de 900 pessoas. A pesca é o principal trabalho para os nativos pescadores da ilha, ela é uma das mais importantes fontes geradoras de renda das famílias. Nessa comunidade os homens são considerados os pescadores. São eles que saem quase todos os dias para o mar pescar. A pesca inclui várias espécies de peixes. Sendo a pesca do camarão uma atividade que envolve homens e mulheres. As espécies comercializadas de camarão são: o Sete-barbas e o camarão branco. Após a pesca do camarão os pescadores levam o produto para as mulheres beneficiarem, ou seja, descascarem o camarão. Essa tarefa realizada pelas mulheres agrega valor no produto na hora da venda aos atravessadores, que levam essa produção para Paranaguá e São Paulo. A mulher não é considerada pescadora. Porém, após a

captura dos pescados a mulher ocupa um lugar central na limpeza e preparação para a venda do camarão.

Apesar de a mulher ocupar um lugar central na preparação do camarão para a venda, as pesquisas científicas realizadas na região não apresentam as mulheres como protagonistas desse processo. As pesquisas antropológicas voltadas para a compreensão da pesca em populações litorâneas demonstram a centralidade da figura masculina e a invisibilidade das mulheres nessa atividade (Beck, 1991). As mulheres na atividade da pesca são invisibilizadas. A cultura histórica toma seu lugar no tempo e no espaço reafirmando na análise das populações das ilhas o mesmo fato encontrado na sede do município de Guaraqueçaba e nas demais análises de processos produtivos contemporâneos (nos centros urbanos). O lugar ocupado pelas mulheres nas relações de trabalho se apresenta com maior precarização e são mais acentuadas, menos visíveis e relatadas. O que vemos são diversas formas de invisibilidade do trabalho feminino, como no desenvolvimento de suas atividades, como nas pesquisas científicas (Gerber, 2013; Beck, 1991) e como na invisibilidade do trabalho doméstico (Hirata, 2012) e domiciliar, resultando na mão de obra barata. Todas estas características fazem parte da divisão sexual do trabalho, que “atribuem lugares diferentes para homens e mulheres” (Araújo, 2007).

Apesar da participação das mulheres nesta atividade, o ambiente da pesca é considerado masculino (Albuquerque, 2010), isso ocorre devido às poucas pesquisas sobre a mulher e as relações de gênero no universo social da pesca (Alencar, 1993). O reconhecimento das mulheres como parte integrante da pesca não ocorre pelos maridos, pela comunidade e pelas leis. A Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009¹³

¹³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm. Acesso: 15 de abril de 2018.

concebe que a atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, inclusive o seu processamento. Nesse caso, o processamento conta com uma presença significativa das mulheres, mas não há políticas específicas para inibir as longas jornadas de trabalho desempenhadas na atividade da descasca do camarão. O trabalho dessas mulheres é muito importante, pois garante parte do abastecimento do camarão para todo o estado do Paraná.

A mulher ocupa o lugar central na limpeza dos camarões, porém aos homens é dado o reconhecimento e a centralidade no trabalho. Os pescadores acabam recebendo mais do que as mulheres, reafirmando uma desigualdade histórica entre homens e mulheres no que se refere ao “mercado de trabalho”. As mulheres de Superagui ganham por quilo de camarão limpo a média de R\$ 1,50 a R\$ 3,00 reais. Não conseguimos obter os dados da renda mensal dessas mulheres. Em suas falas, elas argumentam que a renda da limpeza do camarão juntamente com a renda do marido e das atividades relacionadas ao turismo, não simbolizam uma renda fixa, variando significativamente de acordo com o calendário da pesca. Esse é o caso, por exemplo, no período do defeso, que é estritamente proibida a pesca do camarão. Interpretando os modos de vida e as características sociais das habitações, imaginamos que essas mulheres consigam obter por mês uma renda desproporcional ao real valor do trabalho das atividades desempenhadas.

Por meio da análise etnográfica observamos que o marido – pescador –, inclui a mulher e as filhas no processo de preparo do camarão. A divisão do trabalho se demonstra da seguinte maneira: a pesca é considerada uma atividade masculina; e a limpeza dos camarões é uma atividade feminina. Os homens são inseridos pelos seus pais desde pequenos na pesca, já as mulheres na preparação do camarão. As mulheres

que trabalham na limpeza do camarão são chamadas de “descascadeiras”. Elas retiram a casca do camarão e em alguns casos à cabeça também. Essa atividade é um trabalho que exige horas de dedicação e nos períodos da liberação do camarão, chegam a passar mais de 14 horas nesse preparo.

O trabalho ocorre em frente das casas. Ao lado das ruas monta-se uma bancada de madeira e, geralmente, em grupos de poucas mulheres iniciam as atividades. É comum, também, encontrar mulheres limpando sozinhas. O trabalho envolve muitas horas e tem como característica a coletividade dando dimensão às trocas, a reciprocidade, por meio de conversas e risadas, que animam e incentivam as longas jornadas de trabalho. Ali estão lado a lado filha, mãe e avó no processo de exploração das relações de trabalho. O trabalho desenvolvido a partir da pesca influencia todo o modo de vida dessa população. No período do camarão ocorre uma intensificação da jornada de trabalho das mulheres, para que consigam preparar todo o camarão para venda. A atividade envolve habilidades, é necessário ser rápido na conclusão da limpeza para que entreguem a tempo de refrigerar e manter a qualidade do produto. Após todos os processos, o camarão será vendido nas cidades do Paraná em um preço estimado de R\$ 85,00 reais o quilo.

No caso de Superagui, tratamos de “lugar”, uma perspectiva antropológica para se pensar as relações a partir do local, dando espaço para novos saberes, linguagens (Escobar, 2005) e colocando as práticas sociais e culturais desse grupo em evidência. Sob a ótica apresentada nessa pesquisa não trabalhamos com categorizações rígidas, porém, torna-se perceptível os desafios e as demandas de novos estudos para a compreensão do lugar ocupado por homens e mulheres nesse emaranhado de relações entre social e natural. O trabalho das mulheres não pode ser considerado como um emprego assalariado, cooperativo, por conta própria ou em tempo parcial. As

categorizações são limitadoras e não dão conta de explicar as relações vivenciadas. Cabe compreender a ação das mulheres dessa ilha, juntamente com os demais sujeitos que compõem esse universo social, como devires que se adaptam e se renovam constantemente formando redes de resistência e adaptação entre práticas sociais e culturais e ao uso de recursos naturais.

Considerações finais

Essa pesquisa de campo, e a oportunidade de realizá-la e analisar seus resultados a partir de uma perspectiva antropológica, revelou muitas coisas. Entre elas, o reforço de uma ideia que já circula nos meios acadêmicos, mas nem sempre se manifesta nos órgãos públicos e estatais, diz respeito à qualidade e solidez que as pessoas em ciências sociais e humanas podem emprestar às políticas públicas e as práticas de boa governança.

Em relação às Áreas de Proteção Ambiental, em particular, a interlocução entre a população local, pesquisadores e pesquisadoras das ciências humanas e os órgãos públicos pode potencialmente, facilitar o diálogo, a troca de ideias e a colaboração mútua de modo a contornar erros, a negociar soluções que atendam à maioria das demandas vindas das diferentes partes e a oferecer garantias de proteção tanto ao ambiente quanto às populações que o habitam.

Escobar (2005) demonstra que, sob a influência da globalização, de suas demandas e de seus valores, o destino do lugar não é sucumbir, mas oferecer o entendimento básico acerca do que é ser e do que é conhecer. O lugar, enquanto experiência de uma comunidade em uma localidade específica com algum grau de enraizamento e conexão com a vida diária, permite a produção de reequilíbrios e da dissolução da simetria e da polarização que colocam o global, o espaço, o capital, a história e sua agência, de um lado, e, de outro, o lugar, o trabalho e as tradições.

O lugar permite, assim, a consideração às críticas feitas às noções convencionais na década de 1990, que consideravam a cultura como algo discreto, limitado, delimitável e integrado e que projetaram as noções de cultura às pressões dos processos transnacionais, dos valores ambientais e da circulação de pessoas.

Escobar faz a defesa do lugar sem naturalizá-lo permitindo o seu resgate da posição de inviabilidade dos ecossistemas locais e do aprisionamento da natureza em modelos específicos pré-produzidos pelo pensamento colonial. A defesa do lugar permite a integração de uma geografia em trânsito, de uma economia política pós-estruturalista que contempla as diferenças de gênero bem como os movimentos sociais e as racionalidades ecológicas alternativas.

Desse modo, Escobar (2005) nos permite reconhecer que a pesca em Guaraqueçaba não é um fenômeno restrito à tradição, ao mar, aos ventos, ao pescado, ao barco, às ferramentas e aos homens pescadores. Apesar de tudo isso ter também o seu lugar na pesca.

Mas a pesca é um fenômeno estendido tanto em termos de espacialidade quanto em termos de socialidade. Em termos espaciais, a pesca compreende territórios que se estendem para além do mar. Compreende a casa, o terreno, a orla e o mercado de peixe. Em termos sociais, a pesca não se restringe aos homens pescadores. A pesca engloba as mulheres que vão e as que não vão ao mar pescar, mas que trabalham como indivíduos, famílias e grupos de afinidade nas atividades destinadas a separar, limpar e preparar o pescado tanto para consumo das famílias, quanto para o consumo de grupos ou comunidades em dias festivos ou para comercialização.

Assim, como atividade estendida, a pesca permite, entre os moradores e moradoras de Guaraqueçaba, a produção de perspectivas diversas de mundo: enquanto os homens produzem e reproduzem perspectivas de harmonização e pertencimento ao lugar, as mulheres produzem e reproduzem estratégias de sobrevivência familiar produzindo deslocamentos de funções, reinvenção de práticas e mesmo a aspiração a formas de vida que combinem o acesso a escolaridade por seus filhos e a adesão a

outras profissões, como a de merendeira escolar ou escrituraria pública, com a vida na pesca para garantir a sobrevivência social e material do grupo familiar.

Ao mesmo tempo, vale destacar que, enquanto as famílias que vivem exclusivamente da pesca contam com a contribuição do trabalho dos membros masculinos e femininos na realização de atividades econômicas convergentes em relação à pesca como fenômeno estendido, as famílias cujas atividades econômicas se diversificaram, não vivem exclusivamente da pesca e são justamente aquelas nas quais as mulheres não se engajaram em nenhuma das facetas estendidas da pesca.

Referências Bibliográficas

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. In: Revista de Antropologia, v. 43, n. 1, São Paulo, 2000.

ALBUQUERQUE, Kaio Cesar Damasceno. Possibilidades de empoderamento para as pescadoras artesanais. Revista Coletiva, 2010.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. A guerra não tem rosto de mulher. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALENCAR, Edna Ferreira. Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras In: Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia. Organizadores: Lourdes G. Furtado, Wilma Leitão e Alex Fiuza de Mello. Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão. Belém – Pará, 1993.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Trabalho, Precarização e Relações de Gênero em Tempos de Flexibilização e Reestruturação. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife – PE, 2007.

BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1988.

BARRETTO, Henyo T. 2001. Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das Unidades de Conservação de Proteção Integral na Amazônia brasileira. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001.

BECKER, Fátima, G. Planejamento Estratégico da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba - Paraná: Etapa de Elaboração das Diretrizes e Mapa Estratégico. Antonina, 2015.

BECK, Anamaria. Pertence à mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina. Revista de Ciências Humanas, vol. 7, n. 10, 1991.

BITTENCOURT, M. L. Mastozoologia. In: MACROZONEAMENTO florístico e faunístico da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba - PR. Curitiba: Departamento de Silvicultura e Manejo (UFPR): Museu de História Natural (PMC), 1987. 90 p. Relatório.

CASTANHO, L. M. 2000. História natural de uma comunidade de anuros da região de Guaraqueçaba, litoral norte do Estado do Paraná. 132 f. Tese (Doutorado em Zoologia) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

CHARVET, P.; MOREIRA-JÚNIOR, W. Sobre a fauna de Elasmobrânquios da Ilha de Superagui, Litoral Norte do Estado do Paraná (Chondrichthyes, Elasmobranchii). In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ICTIOLOGIA, 10., São Paulo. Anais...São Paulo : [s.n.], 1993. p. 115.

CLIFFORD, James. A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX. RJ, Ed. UFRJ, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima. São Paulo, NUPAUB-USP, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (org). Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; COBIO-Coordenadoria da Biodiversidade; NUPAUB-Núcleo de Pesquisas sobre

Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2000.

DUMORA, Catherine. Viver e sobreviver numa área de Proteção Ambiental: o caso da pequena agricultura familiar em uma das comunidades rurais da APA de Guaraqueçaba. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 14, p. 47-67, jul./dez. 2006.

HIRATA, Helena & KERGOAT, Daniele. Novas configurações da Divisão Social do Trabalho: Genre, Travail, Mobilités, Centre National de La Recherche Scientifique. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In ESCOBAR, A. (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino Americanas*, CLACSO, 2005.

GATTI, G. Composição florística, fenologia e estrutura da vegetação de uma área em restauração ambiental - Guaraqueçaba - Paraná. Dissertação (Mestrado em Botânica) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

GERBER, Rose Mary. Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Tese de Doutorado, 2013.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. (Coleção Antropologia).

INGOLD, Tim. *Antropologia: para que serve?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. (Coleção Antropologia).

IORIS, Edviges M. Mapeamento comunitário da margem direita do Rio Tapajós. In: IMCFA. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. Piracicaba: Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, 1996.

LATOUR, Bruno. Reagregando o social, Salvador: EDUFBA, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LITTLE, Paul. Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico. In: ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C.; CARVALHO, I. C. M. (orgs). Horizontes Antropológicos. ano 12, n. 25, Porto Alegre, PPGAS/UFRGS, p. 85-104, 2006.

LORINI, M. L.; PERSSON, V. G. Nova espécie de *Leontopithecus* Lesson, 1840, do sul do Brasil (Primates, Callitrichidae). Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro, Nova Série Zoologia, 338, p. 1-14. 1990.

MACEDO, H. Processos participativos na gestão de áreas protegidas: estudo de caso em unidades de conservação de uso sustentável da zona costeira do sul do Brasil. Florianópolis, 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Editora Abril, 1984.

MELLO, Rosimery Medeiros. Sobre a complexa interação entre humanos e não humanos: reflexões antropológicas sobre desdobramentos possíveis entre medicina humana e medicina veterinária. In: Congresso Internacional de História, 7, 2015. Maringá.

MURRIETA, Rui Sérgio S. A mística do Pirarucu: pesca, ethos e paisagem em comunidades rurais do Baixo Amazonas. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, Ano 7, nº 16, p. 113-130. 2001.

NEWMANN, Roderick. Imposing wilderness: struggles over livelihood and nature preservation in Africa. Berkeley: University of California Press, 1998.

OLIVEIRA, Frederico César Barbosa de. Quando resistir é habitar: lutas pela afirmação territorial dos Kaiabi no baixo Teles Pires. Brasília: Paralelo 15, 2012.

PELUSO, Nancy Lee. Rich forests, poor people: resource control and resistance in Java. Berkeley: University of California Press, 1994. Introdução: Structures of Access Control, Repertoires of Resistance.

RAPCHAN, Eliane Sebeika; NEVES, Walter Alves. Ser ou não ser: Poderia um Chimpanzé fazer a pergunta de Hamlet. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 23, n. 48, p. 303-333, maio/ago. 2017.

RAPCHAN, Eliane Sebeika; CARNIEL, Fagner. NATUREZA OU CULTURA NA FORMAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA. Revista Inter-Legere, v. 1, n. 18, p. 76-94, 17 nov. 2016.

ROCHA, Ana Carolina. Cercamentos ambientais: modos de uso dos recursos e conflitos socioambientais no estado do Paraná. Florianópolis, 2015.

RODERJAN, C. V.; KUNIYOSHI, Y. S. Macrozoneamento florístico da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Curitiba: FUPEF; UFPR, 1988.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos. São Paulo: Peirópolis, IIEB, 2005.

SCHERER-NETO, P. Conservação do papagaio-de-cara-roxa *Amazona brasiliensis*. Atualidades Ornitológicas, Ivaiporã, v. 52, n. 5, 1993.

SCHIOCCHET, Leonardo Augusto. O que o homem proíbe na terra, Deus traz pelo mar: conhecimento, conflito e mito na vila da Barra do Superagui. Brasília. Dissertação

de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2005.

STRATHERN, Marilyn. O Gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Trad. André Vilalobos. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP. 2006 [1988].

TEDLOCK, Dennis. A tradição analógica e o surgimento de uma antropologia dialógica. Anuário Antropológico/85. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

WOORTMANN, Ellen. Herdeiros, parentes e compadres. São Paulo/Brasília: Hucitec/EdUnB, 1995.